



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciência e Tecnologia

Faculdade de Engenharia

Jurema Cabral Amaro

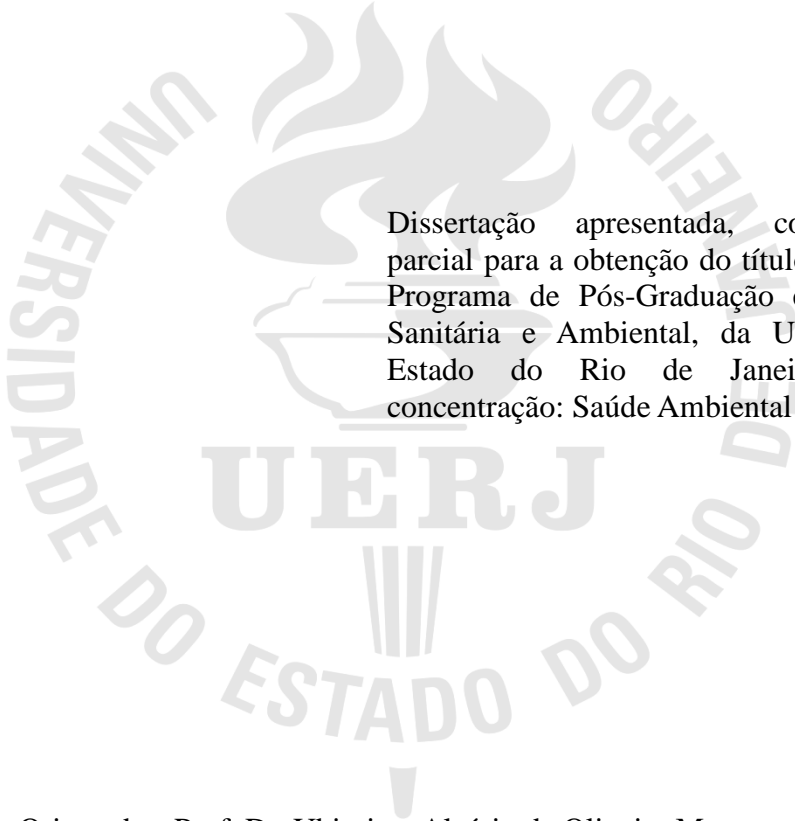
**Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do
trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no
Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2014

Jurema Cabral Amaro

Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saúde Ambiental e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Paula Raquel dos Santos

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/B

A485 Amaro, Jurema Cabral.
Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro / Jurema Cabral Amaro. - 2014.
113 f.

Orientador: Ubirajara Aluizio de Oliveira Matos.
Coorientador: Paula Raquel dos Santos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia.

1. Engenharia Ambiental. 2. Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis – Dissertações. 3. Mercado de trabalho – Mulheres – Dissertações. 4. Relações de gênero – Dissertações. I. Matos, Ubirajara Aluizio de Oliveira. II. Santos, Paula Raquel dos. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDU 628.463-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jurema Cabral Amaro

Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saúde Ambiental e Trabalho.

Aprovada em 14 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof^ª. Dra. Paula Raquel dos Santos
Faculdade de Enfermagem- UERJ

Prof. Dr. Júlio Domingos Nunes Fortes
Faculdade de Engenharia - UERJ

Prof.^a Dra. Heloisa Helena A. Borges Q. Gonçalves
Faculdade de Engenharia de Produção - UNIRIO

Prof. Dra. Márcia Ferreira Mendes Rosa
SEERJ

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra aos catadores e catadoras de todo país, que lutam diariamente por melhores condições de trabalho, baseados na colaboração mútua, respeito e igualdade. À minha filha Giovana Bustamante Pereira de Sá, meu tesouro, meu ponto de apoio e força, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Amada Presença Divina. Agradeço, agradeço, agradeço aos meus amparadores espirituais, meus anjos amados pela energia produtiva, calmante e alerta, para a realização deste trabalho através da meditação e do Reiki, que em momentos de desespero e insegurança me ajudaram a voltar ao caminho.

À minha amada mãe Anna Aparecida Cabral Amaro (*in memoriam*), que me deu o direito à vida e que como todas as mulheres citadas nesta obra dedicam suas vidas ao cuidado dos filhos, oferecendo, diariamente o seu melhor: apoio para que eu pudesse trabalhar e estudar, acordando de madrugada para me acompanhar ao ponto de ônibus quando entrega muito cedo nos plantões, por me aguardar com a comida sempre fresquinha no fogão na correria de um emprego para outro. Obrigada, minha amada por sua presença em minha vida, minha grande amiga, companheira de todas as horas, que fez sua passagem apenas um mês antes do início das aulas desse mestrado. Só eu sei o quanto foi difícil seguir esse caminho sem sua presença. Mas me sinto feliz, e sei, que, de onde estiver vibra comigo na mesma emoção.

Agradeço imensamente a boa vontade, carinho, atenção e, principalmente, a confiança a mim destinada em abrir seus espaços de trabalho, para um ‘bate-papo’ tão gostoso e saudável para a realização desta pesquisa, as líderes entrevistadas: Alexandra Gomes da Silva, Claudete Costa, Edna da Silva Canuto, Elisabete Mendes, Hada Rúbia Silva, Maria Helena Rosa Almeida, Marilza Reis Coimbra, Roberta Alves Oliveira (Docinho), Rosângela de Fátima S. Constâncio.

Aos meus anjos da guarda acadêmicos, Prof. Júlio Fortes (Faculdade de Engenharia), Prof^a Denize Cristina de Oliveria (Faculdade de Enfermagem), Prof^a, Helena Amaral Fontoura (Faculdade de Formação de Professores), Prof^a. Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, (Faculdade de Educação), Prof. Ricardo Tadeu Santori (Faculdade de Formação de Professores), Prof^a Valéria Barbosa Gomes (Faculdade de Engenharia). Professores da UERJ, que foram de fundamental importância no meu desenvolvimento como pesquisadora, pois foram mais que professores, foram conselheiros e amigos.

À equipe da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura – SR-3 – UERJ. Que muito além de colegas de trabalho, são amigos de vida. Agradeço à motivação, ao apoio para eu pudesse seguir em frente.

Agradeço especialmente e com fraterno carinho ao Dr. Luiz Roberto Tenório, que como meu chefe na UERJ me abriu as portas para o trabalho com catadores e me “colocou nas mãos” o projeto apresentado a este curso. As portas que me abriram foram muitas, e, com essas portas abertas, me trouxe amigos preciosos e sempre incentivadores: Equipe da Secretaria de Estado do Ambiente e do Ministério da Saúde. Sou grata por trabalhar com vocês.

Meu sincero obrigado, minha amiga de todas horas, companheira de trabalho, de alegrias e realizações, Renata Barbosa Gomes Carneiro e sua mãe, Sandra Barbosa Gomes.

Aos amigos do Pablo&Cia, amigos de juventude do meu marido que me abraçaram e me receberam nesta cidade maravilhosa como amiga de muitos anos. Obrigada pelo apoio e incentivo, e principalmente, pelo carinho com minha filha. Vocês são os Tios do Coração.

Agradeço a Família Mattos Takahashi, pelo cuidado e carinho comigo, e por cuidarem tão amorosamente da minha filha para que eu pudesse trabalhar.

Gratidão eterna às minhas ajudantes do lar, Magda Coimbra e Cátia Loura Sant’anna de Castro. Sem vocês eu não teria chegado à metade do caminho. Fico grata com o carinho e dedicação com que cuidam da minha casa e da minha família. Carinho de mãe! Obrigada.

Aos profissionais da UERJ, Guilherme Reis Tavares, Chefe de Secretaria do PEAMB, que se tornou um amigo querido, conselheiro de todas as horas, que acompanhou minhas aventuras e desventuras e, me trouxe luz nos caminhos tortuosos que passei pelo mestrado. E agradeço à disposição em me ajudar na produção do vídeo documentário, Pedro Cunha, Bolsista PROATEC do Núcleo de Pesquisa e Ensino de Ciências da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo – UERJ, responsável pela edição e montagem do vídeo documentário, produto desta pesquisa.

Agradeço aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, cunhado e cunhadas, por sua simples presença na minha vida. Por vocês cheguei até aqui, e junto a vocês pretendo continuar caminhando. Amor fraterno que se estenderá por toda a eternidade.

E, por fim, agradeço a Celso Pereira de Sá e Maria Luiza Pereira de Sá, meus sogros, adorados professores da Faculdade de Psicologia da UERJ que me se serviram de exemplo de dedicação e amor à carreira acadêmica. Agradeço a vocês por terem trazido ao mundo meu marido, Helio Bustamante Pereira de Sá, que me apoia e acompanha em todos os momentos, e que me trouxe meu maior presente, nossa filha Giovana Bustamante Pereira de Sá.

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte
a distância que a separava do homem;
só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta.

Simone de Beauvoir

RESUMO

AMARO, Jurema Cabral. *Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro* 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Após centenas de anos de exploração dos recursos naturais, a Terra começa a mostrar as consequências de seu uso descontrolado. Nas últimas quatro décadas o homem tem voltado seus olhos para a causa ambiental de forma mais intensa e conciliadora. Como resultado dessa nova maneira de pensar, a sociedade e a indústria, que se veem obrigadas a se adaptar às novas tendências de mercado e novas formas de produção. Produzindo melhor e consumindo menos, fecha-se uma cadeia de produção estruturada. Mas, por mais que se invista em tecnologia, um problema sempre existirá: o resíduo, incluindo-se nesta categoria, também os rejeitos produzidos pelas atividades humanas. O tratamento de resíduos é uma questão de difícil solução mesmo à longo prazo. As cooperativas de reciclagem se apresentam como uma nova forma de empreendimento, inserido em moldes mais modernos, baseados nos princípios da Economia Solidária, existente em países da Europa e América Latina, com destaque para o Brasil. É nesse cenário que se encontra o objeto de estudo da pesquisa: a mulher catadora/recicladora. Estatísticas apontam que em muitos estados do país elas chegam a 65% dos trabalhadores. Muitas dessas cooperativas são administradas por mulheres, quando não, frequentadas majoritariamente por elas. O objetivo geral desta pesquisa é analisar como se configuram as relações de gênero e divisão sexual do trabalho, partindo da visão das dirigentes das cooperativas. Questões semiestruturadas, com abordagem qualitativa foram elaboradas e aplicadas à nove líderes de associação de catadores da região metropolitana do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba Fluminense (Resende). As entrevistas foram filmadas para a elaboração de um documentário acadêmico, também produto desta pesquisa. Foram encontradas na pesquisa, convergências em relação à divisão sexual do trabalho, partindo de princípios sexistas onde os homens deveriam se encarregar do trabalho mais pesado e as mulheres do trabalho mais fino, como a triagem. No entanto, a realidade apontada pelas entrevistadas nos remete à naturalização do trabalho multitarefa, onde elas se incubem de realizar todos os procedimentos, estando ou não na presença de homens na cooperativa.

Palavras-chave: Relações de gênero; Divisão sexual do trabalho; Materiais recicláveis; Liderança.

ABSTRACT

After hundreds of years of exploitation of its natural resources, the earth starts to show the consequences of being uncontrollably used. In the last four decades, man has turned his attention to the environment in a more concerned and responsible way. As a result, society and industry are forced to adapt to the new market trends and modes of production. Improved production and reduced consumption are structuring the new production chains. However, in spite of all technological advances, there will always be the problem of waste. Disposal of waste presents a challenge in the long term. Recycling co-operative societies, found in many countries in Europe and Latin America, and particularly in Brazil, are enterprises based on the principles of solidarity economics. The object of this research are the women working on such enterprises, the female “collector/recycler” and her environment. Statistics show that, in many states in Brazil, they may compose up to 65% of workers and often run the co-operatives themselves. The broad goal of this paper is to examine how gender issues, such as division of labour are perceived by women running the co-operatives. Leading women from several collector co-operatives active in the metropolitan region of Rio de Janeiro and of the Vale do Paraíba region were asked to answer a series of semi-structured questions. Interviews were filmed and edited into a short documentary. Results showed a persistent trend of sexual division of labour where men were responsible for tasks requiring strength, such as carrying heavy loads and women were responsible for tasks requiring concentration and precision, such as sorting out materials. However, there was evidence of a growing tendency of women carrying out all activities, regardless of the presence of men.

Keywords: Gender relations; Sexual division of labour; Recyclable materials; Leadership.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Metodologia Integrada

21

LISTAS ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEE	Comunidade Econômica Européia
CI	Comitê Interministerial
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Recicláveis
CRS	Catadores e Catadoras em Redes Solidárias
CTDRs	Centrais de Tratamento e Destinação de Resíduos
EU	União Européia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MTE	Ministério do Trabalho em Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PERS	Plano Estadual de Resíduos Sólidos
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNMC	Plano Nacional de Mudanças Climáticas
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNHR	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPCS	Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável
PROVE	Programa de Reaproveitamento de Óleo Vegetal
Rais	Relação anual de informações sociais

Seeduc	Secretaria de Estado de Educação
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINIR	Sistema Nacional de Informação sobre Gestão de Resíduos Sólidos
SIS	Sistema de Indicadores Sociais
SPM	Secretária de Políticas para Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Contextualização.	15
Objetivos.....	17
Metodologia.....	18
Considerações Metodológicas.....	22
Abordagem Qualitativa.....	23
Justificativa.....	25
Estrutura	25
1- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL	26
1.1 Contexto Histórico do Mercado de trabalho no Brasil e trabalho feminino.....	26
1.1.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho e as relações de gênero	29
1.1.2 Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho.....	33
1.1.3. Marco legal do trabalho no Brasil e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.....	36
1.1.4. O Surgimento do Mercado de Trabalho informal e a mulher trabalhadora.....	42
1.2. A Economia Solidária no contexto das organizações de catadores.....	44
1.2.1. O Catador, Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis.....	47
1.2.2. Liderança e empoderamento em cooperativas de materiais recicláveis.....	51
1.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos: bases para a sustentabilidade.....	54
1.3.1 Arcabouço legal Política Nacional de Resíduos Sólidos	56
1.3.1.1. Plano Nacional de Resíduos Sólidos.....	60
1.3.1.2.O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado do Rio de Janeiro-PERS.....	63
2- RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
2.1 Diário de Campo	66
2.1.1. Dona. Hada Rúbia e Marilza: As recicladoras de vidas.....	69
2.1.2. Dona. Helena: de uniforme e botina – um zagueirão das 08 às 17 horas.....	72
2.1.3. Elisabete: de catadora a educadora.....	75
2.1.4. Docinho: “mulher na rampa é homem!”.....	77
2.1.5 Recicla Resende, D. Edna e seus 10 filhos.....	79
2.1.6. Alexandra: “lugar de mulher é todos os lugares que ela achar que é capaz de fazer.”...80	

2.1.7. Rosângela: “ tudo na vida é oportunidade e força de vontade”.....	81
2.1.8. Claudete Costa: considerações para que o catador não vire lenda.....	82
2.2. Síntese das Entrevistas.....	85
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES.....	94
APÊNDICE A - Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, de acordo com o tipo de publicação.....	97
APÊNDICE B- Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, de acordo com o gênero.....	98
APÊNDICE C- Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, com descritores sustentabilidade socioambiental, e parcerias com outras instituições de apoio*.....	99
APÊNDICE D - Roteiro de levantamento de indicadores sociais a partir de descritores: gênero, idade, raça, escolaridade, estado civil, remuneração, catadores, trabalhadores, trabalho doméstico, trabalho informal, remuneração, divisão sexual do trabalho.....	100
APÊNDICE E - Roteiro conceitual seminal. Lista de autores e de livros básicos consultados por ordem textual.....	101
APÊNDICE F- Roteiro de entrevista semiestruturada.....	103
APÊNDICE G- Roteiro de observação participante do diário de campo.....	104
APÊNDICE H- Modelo do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.....	105
APÊNDICE I- Modelo de Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz, Nome e Dados Biográficos.....	106
APÊNDICE J- Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho- Duque de Caxias- RJ.....	108
APÊNDICE K- Mulheres trabalhando na reciclagem- COOPERGRAMACHO.....	109
APÊNDICE L- Cooperativa COOPCARMO- Mesquita- RJ.....	110
APÊNDICE M- Cooperativa RECOOPERAR- Itaboraí- RJ.....	112

INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas o homem tem voltado seus olhos para a causa ambiental de forma mais intensa e conciliadora. Depois de tantos anos consumindo devastadoramente seus recursos, a Terra começa a mostrar as consequências naturais de centenas de anos de exploração dos recursos naturais. Nunca se ouviu tanto falar em superaquecimento global, derretimento de geleiras, destruição de florestas, contaminação de solos e águas.

Se por um lado, os resultados são avassaladores, por outro, desenvolvemos a mentalidade da sustentabilidade, da conscientização ambiental e do “ser e ter” tudo ecologicamente correto. Como resultado dessa nova maneira de pensar, a sociedade e a indústria se veem obrigadas a se adaptar às novas tendências de mercado e novas formas de produção. Produzindo melhor, consumindo menos, fechando-se uma cadeia de produção estruturada.

Mas por mais que se invista em tecnologia, um problema sempre existirá: o resíduo. Incluindo-se nesta categoria, também os rejeitos produzidos pelas atividades humanas.

O tratamento de resíduos é uma questão de difícil solução mesmo à longo prazo. As cooperativas de reciclagem se apresentam como uma nova forma de empreendimento, inserido em moldes mais modernos, baseados nos princípios da Economia Solidária, existente em países da Europa e América Latina, com destaque para o Brasil.

Desde a década de 1980, com o país em plena recessão devido a duas décadas de Regime Militar, o número de mulheres no mercado de trabalho informal cresceu. (RAMOS, 2012)

Estas mulheres são de classes sociais mais desfavorecidas, negras, e de baixa escolaridade. Atuando no ramo de serviços, como por exemplo, empregadas domésticas ou diaristas, que até poucos anos não tinham quaisquer resguardo de políticas públicas trabalhistas; outras como vendedoras ambulantes, na agricultura familiar e sobrevivendo de trabalhos manuais. (MARTINS, 2007)

A partir da metade da desta década e com as crises do fim do período militar

começaram a surgir as primeiras incubadoras associativas, baseadas nos princípios de Economia Solidária no Brasil. Hoje umas das mais conhecidas formas de associativismo são as cooperativas de materiais recicláveis. Amparadas também por um dos mais fortes movimentos sociais, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis- MNCR, que se organiza social e politicamente na luta por condições adequadas de trabalho para os catadores, associações em cooperativas ou não, em todo território Nacional. (RAMOS, 2012)

A PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos, que entrou em vigor em 2010, trouxe em seu escopo condições ao desenvolvimento e fortalecimento desse segmento de trabalho. Pois visa a preservação ambiental, traz melhorias para a condição de vida, através do trabalho mais justo e igualitário para milhares de catadores e seus dependentes.

De acordo com as estatísticas, no Brasil, a maioria das mulheres catadoras estão inseridas em associações e em cooperativas. Martins (2005) em pesquisa qualitativa na região metropolitana de Porto Alegre, (RS), aponta fatores como a segurança sendo um aspecto prioritário para o trabalho cooperativo, seguido do respeito no ambiente de trabalho e da preocupação com a questão da causa ambiental. A maioria das catadoras tem a consciência do bem que a atividade traz ao meio ambiente.

Em muitos galpões verifica-se a presença majoritária, senão exclusiva de mulheres, que desenvolvem com empenho todas as atividades da cooperativa; desde triagem do material, prensagem, carregamento de caminhão, enfardamento, coleta na rua, até a liderança.

A proposta deste trabalho se pauta nas relações laborais entre os homens e as mulheres; verificar a existência da divisão sexuada do trabalho, comumente encontrada em pesquisas, onde os homens se responsabilizam pelo serviço mais pesado (prensa e enfardamento), e as mulheres por atividades consideradas mais femininas como a triagem.

Contextualização

Em 2011 por conta do fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho em Duque de Caxias, (RJ), fui convidada pela Coordenação de Saúde Ambiental

da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) a participar das ações de Grupo Trabalho de Saúde e Promoção Social do Catador.

Nossa meta era fazer um levantamento do perfil epidemiológico e de morbidade de uma amostra aleatória de 120 catadores do Aterro. Meta que não se concretizou por falta de verbas da Secretaria Municipal de Saúde daquele município.

Contudo, foram realizadas visitas ao Aterro e eventos sobre a promoção da saúde e cuidados ambientais no local. Já na primeira visita notei uma grande quantidade de mulheres trabalhando na triagem das cooperativas locais; algumas catando diretamente na rampa¹, e reconheci que muitas delas eram presidentes destas cooperativas, outras militavam também no MNCR- Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, mas que naquele momento estavam unidas na tentativa de melhores condições de trabalho para todos os catadores do aterro que chegaria ao fim da vida útil em 2012. (Ver Apêndice J, fotos 1 e 2)

Atuando no processo de fechamento do aterro, muitos questionamentos me vieram à mente. O primeiro, de como essas mulheres foram parar lá; porque elas se sujeitaram a trabalhar em meio a lixo, fedor e porcos, e por fim, como essas mulheres conseguiram chegar a tão alto nível de liderança dentro das cooperativas e do aterro.

O aterro em si não cheirava tão mal quanto imaginamos, pois o processo de despejo do “lixo” que vem das cidades é muito rápido: assim que o caminhão compactador sobe a rampa e se prepara para o despejo, dezenas de catadores já estão dispostos em volta da caçamba para recolher a maior quantidade de material reciclável possível num curto período de tempo, pois, logo que o caminhão deixa o local, os tratores vêm compactando a terra que é depositada em cima. Nesse processo muitos podem se machucar ou até mesmo ficarem soterrados pelas toneladas de lixo que são jogadas.

As cooperativas situadas nas proximidades do aterro não eram as mais equipadas e adequadas, nem tão pouco apresentavam boas condições de trabalho para os catadores. O ambiente da antiga Cooper Gramacho, emanava um odor de uma mistura de papel molhado com chorume, se espalhando por todo o solo de terra. Era uma situação precária e não havia muito espaço coberto e com a maior parte do material a céu aberto. (Ver Apêndice K, fotos 1 e 3)

¹ Local dos aterros onde são despejados os resíduos e rejeitos provenientes da coleta de lixo extraordinário, onde os catadores fazem a separação do material que passível de reciclagem.

Mas ao conversar com as cooperadas, senti uma boa vontade acima de qualquer mau cheiro. E elas trabalhavam com afinco, triando o material ali mesmo no chão, compactando em fardos, prensando, literalmente “colocando a mão na massa”, e, independente de quanta força tivessem que empregar ou de quanto fosse inadequada sua condição de trabalho, elas estavam ali diariamente.

Para muitas, trabalhar na cooperativa era melhor do que na rampa, porque, mesmo carregando todo o peso do material a ser compactado, ainda era menos penoso e pesado, sofriam menos riscos de acidente do que dentro do aterro. (Sic)

Várias outras visitas e conversas aconteceram até passarmos às negociações para instalação dos galpões novos de reciclagem. E assim, conheci mulheres de valor e personalidade forte. Suas frágeis mãos nas mesas de reunião impunham seu valor e a importância de seus trabalhos, até que em dezembro de 2013 o Polo de Reciclagem de Gramacho foi finalmente inaugurado.

Localizado nas proximidades do antigo aterro, a construção do polo de reciclagem se deu através do convênio firmado entre Secretaria Estadual de Ambiente (SEA), Refinaria de Duque de Caxias (Reduc)- PETROBRÁS e Centro de Estudos Socioambientais Pangea. Com capacidade de gerar emprego para 500 antigos catadores do aterro, o polo foi inaugurado com dois galpões funcionando com instalações e maquinários modernos. Hoje atuam lá 4 cooperativas com 24 lideranças, sendo que 22 são mulheres que participaram de todo o processo de fechamento do aterro até a instalação do polo de reciclagem.

No desenvolvimento do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, atuando na linha de pesquisa em Saúde Ambiental e Trabalho, tive a oportunidade de conhecer outras cooperativas melhor estruturadas, constituídas na sua maioria por mulheres. As minhas impressões sobre elas se manteve. Não importa se o resíduo está limpo, seco, mau cheiroso, limpo ou sujo, elas estão lá.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é descrever como se configuram as relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres catadoras/recicladoras que ocupam posição de liderança em de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro.

E os objetivos específicos são:

- a) caracterizar o ambiente de trabalho;
- b) caracterizar o grupo;
- c) analisar o comportamento dos grupos mistos;
- d) situar o papel das mulheres nas atividades;
- e) identificar quais ações são por elas adotadas para minimizar as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho;
- f) relatar como as questões relacionadas ao gênero influenciaram suas trajetórias de vida;
- g) descrever suas perspectivas em relação aos cenários futuros da participação da mulher na atividade de catação e em posições de liderança em cooperativas e outros movimentos sociais;
- h) produzir documentário videográfico das entrevistas e do diário de campo utilizados na realização da pesquisa;

Metodologia

O estudo apresentado foi construído com base na abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. Utilizando como ferramentas a pesquisa bibliográfica, documental, com observação participante, (diário de campo), e entrevistas semiestruturadas com auxílio de recurso audiovisual (filmagem).

Para a revisão bibliográfica foram analisados 206 trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) produzidos no Brasil nos anos de 2001 a 2012, disponíveis em sites de base de dados confiáveis como Enegep, Capes, Scielo, BVS, ABRASCO, utilizando as seguintes palavras-chave: cooperativa de materiais recicláveis, cooperativa de catadores, resíduos sólidos, mulher catadora, liderança catadoras

Os trabalhos selecionados para análise eram de cunho exploratório e bibliométrico, que objetivava a informação sobre a quantidade de produções acadêmicas no

período de 2001 à 2012 e as respectivas áreas de pesquisa deveriam conter informações relativas à quantidade de trabalhadores em cada cooperativa, quantidade de homens e mulheres empregadas e condições de sustentabilidade socioeconômica. As pesquisas que não possuíam tais informações foram desconsideradas do levantamento estatístico.

Sendo analisadas então, 49 produções, sendo consideradas apenas 24 aptas para análise, sendo 14 artigos, 9 dissertações de mestrado, 01 trabalho de conclusão de curso e nenhuma de tese de doutorado.

Os resultados desta pesquisa aportaram para o perfil dos catadores cooperativados como sendo de maioria feminina, com alguma ajuda financeira dos municípios ou instituições não-governamentais.

Em nenhum trabalho avaliado foi realizado pesquisa direta com as lideranças à respeito das atividades de trabalho e das relações de gênero.

Para esta dissertação foram utilizados recursos didáticos como: livros e publicações como anais de congresso, cartilhas, relatórios com temas pertinentes ao trabalho como: gênero, trabalho formal e informal, liderança e empoderamento, reciclagem, resíduos sólidos e legislação ambiental e do trabalho.

Foi elaborado questionário com perguntas livres em quatro categorias de análise sob o enfoque específico do gênero: trabalho feminino, relações sociais de gênero, divisão sexual do trabalho e empoderamento. As entrevistadas são nove mulheres líderes (fundadoras ou presidentes) de cooperativas de materiais recicláveis na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Resende/RJ.

A opção pelo uso da metodologia exploratória vem de encontro às vivências compartilhadas com essas representantes e outros catadores de materiais recicláveis em minhas atividades profissionais e acadêmicas desde 2011 quando tive um primeiro contato com as cooperativas de Gramacho- Duque de Caxias- RJ, e em 2012, quando já nas atividades do mestrado se deu início as atividades na Cooperativa de Mesquita e com outras lideranças que atuavam em cooperativas de recicláveis no Centro da Cidade do Rio Janeiro e Itaboraí. Lembrando que muitas dessas mulheres são participantes do MNCR, e outras possuem notório reconhecimento internacional pelo trabalho desenvolvido. Sobre a trajetória de cada uma delas, mais adiante serão feitas considerações.

Para a realização da pesquisa, a escolha do método qualitativo, proporciona

uma análise descritiva das sociedades, e leva à compreensão da natureza humana. O uso de gravação ou vídeo gravação se encaixa como instrumento de captura das informações e para análise de dados, podendo ser manuseado livremente (BOGDAN & BIKLEN. 1994, p.137)

Para Garcez, et al (2001, p. 253), o uso de recurso áudio-visual capta aspectos que vão além da fala e podem ser representativos na análise final da pesquisa, como gestos, movimentos corporais, entoação de voz, velocidade da pronúncia, e há possibilidade de observar contradições entre discurso e comportamento.

Neste estudo especificamente a produção de documentário servirá de ferramenta para a comunidade de catadores e a sociedade geral, por ser um veículo de comunicação de maior acessibilidade e facilidade de compreensão comparada a dissertação escrita, devendo ser difundido através das mídias eletrônicas disponíveis e sites de organizações voltadas ao tema.

A seguir, apresentamos a tabela da metodologia aplicada, com os instrumentos e os resultados obtidos.

Tabela1- Metodologia Integrada

Etapa da pesquisa	Instrumento aplicado	Resultado
Exploratória-	<p>1-Revisão integrativa em bases de dados científicos dos últimos 10 anos para a questão norteadora referente ao trabalho de mulheres em cooperativas de materiais recicláveis. (Ver Apêndices A, B, C)</p> <p>2-Pesquisa em bases de dados secundários em órgãos públicos alusivas a políticas públicas do objeto de estudo (mulheres catadoras). (Ver apêndice D)</p> <p>3-Pesquisa bibliográfica em textos seminais acerca da seguridade social, direito covil e trabalhista contextualizado a mulher trabalhadora. (Ver apêndice D.)</p> <p>4-Pesquisa documental sobre as políticas públicas em meio ambiente e para a promoção da saúde da mulher no Brasil. (Ver apêndice F)</p>	<p>1-Descrição das políticas públicas em Saúde ambiental e trabalho contextualizada a gênero e trabalho dialogando com as premissas do empoderamento social para a mulher no mercado de trabalho.</p> <p>2- Descrição quantitativa dos indicadores sociais referentes a políticas públicas para as mulheres trabalhadores e a relação com o território ambiental</p> <p>3- Detalhamento das principais legislações sobre a temática do trabalho feminino no Brasil. Descrição das mulheres no mercado de trabalho e no contexto do trabalho em reciclagem de materiais e produtos de consumo.</p> <p>4-Descrição analítica das publicas públicas em meio ambiente e sustentabilidade</p>
Aplicada	Pesquisa de campo aplicada: roteiro de entrevista semi-	Descrição de cenário do trabalho e do manejo de

	<p>estruturada, diário de campo com ordenação do processo de trabalho das cooperativas de materiais recicláveis e o manejo de resíduos sólidos. (Ver documentário anexo)</p>	<p>resíduos sólidos em cooperativas de catadores e materiais recicláveis.</p> <p>Vídeo- produção de documentário, como produto final das entrevistas.</p> <p>Imagens- listagem com ordem das fotografias descritiva dos processos de trabalho.</p>
Analítica	<p>Fenomenológica interacionista com enfoque no “significado atribuído” pela observação do fenômeno segundo Bogdan & Biklen</p>	<p>Etapa fundamentada na determinação social de Minayo e de Bogdan & Biklen. (Ver em resultados e discussão)</p>

Considerações Metodológicas

“Metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” Minayo (1997, p.14). Inclui a teoria da abordagem, ou seja, o método; os instrumentos operacionais do conhecimento, as técnicas; e a criatividade do pesquisador com bases às suas experiências, sua sensibilidade e sua capacidade pessoal.

Ainda para a autora, metodologia não se faz só de técnicas, mas também com as concepções de abordagem que se articula com a teoria, com o conhecimento empírico e com os conhecimentos a respeito daquela realidade; somados a isto, insubstituívelmente, a criatividade do pesquisador, que é aquele que coloca em questão paradigmas, métodos e teorias.

É através da pesquisa que são feitas as indagações e a construção da realidade e embora sendo uma prática teórica é ela quem vincula pensamento e ação. Estando as questões de investigação relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, se

iniciando sempre por uma questão, por um problema ou dúvida. (MINAYO, 1997, p. 16)

A Abordagem Qualitativa

Entre as várias abordagens de pesquisa, a abordagem qualitativa é a mais apropriada para o tipo de estudo. Surgiu no ao final do Século XIX, quando cientistas sociais começaram a se indagar se a investigação de ciências físicas e naturais deveria continuar servindo como modelo de estudo aplicado a fenômenos humanos e sociais. É neste contexto que os pesquisadores começam a desenvolver uma metodologia direcionada às ciências sociais, tendo como abordagem a hermenêutica, que se preocupa com a interpretação de um texto, levando em consideração cada mensagem deste texto e suas inter-relações. (ANDRÉ, 2010, p.16)

Dentro desta mesma linha de pensamento, André (2010, p.17) cita Weber, e aponta que o foco investigativo deve concentrar se na compreensão dos significados que são atribuídos aos sujeitos e às suas ações. Surgindo uma nova linha de pesquisa de conhecimento que é a idealista-subjetiva, “que busca a interpretação em lugar na mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente ligados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador”, e, baseados nestes princípios outros pesquisadores preferem utilizar termos significativos, como “naturalística” ou qualitativa.

“A concepção idealista-subjetiva ou fenomenológica de conhecimento que dá origem à abordagem qualitativa de pesquisa, na qual também estão presentes as ideias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da etnografia, todas derivadas da fenomenologia.” (ANDRÉ, 2010, p.18)

Para Bogdan & Biklen (1999, pp.53-55), os pesquisadores fenomenologistas buscam compreender o significado que os acontecimentos e suas interações têm para as pessoas, em situações particulares, tendo como objetivo a compreensão de que forma e qual o significado dos acontecimentos na vida das pessoas. Ou seja, como elas constroem esses significados, pois há muitas formas de interpretar as experiências pessoais em função das experiências com os outros, onde a realidade se torna o significado das nossas experiências.

Nesta abordagem a experiência humana é mediada pela interpretação que se é

dada a objetos, pessoas, situações e acontecimentos, pois estes não possuem significado próprio, o significado lhes é dado, este “significado atribuído” ou os processos de interpretação não ocorrem acidentalmente ou são secundários às experiências vividas pelo indivíduo, mas sim, elementos essenciais e constitutivos para a compreensão do comportamento humano. As pessoas criam ativamente seu mundo, não em bases pré-determinadas de objetos ou situações previamente definidas, mas sim interpretam simbolicamente, e este não é um ato autônomo, mas sim de forma coletiva, entre pessoas, livros, imagens de televisão, internet etc. E é dessa interação que se constroem os significados.

Apesar de os indivíduos de um mesmo grupo compartilharem, na maioria das vezes, experiências, perspectivas, e outras vivências em comum, isto não a torna sinônimo de “verdade”. O significado se torna sempre passível de negociação, pois há sempre pessoas que veem as coisas de modo diferente. O que nem sempre é um sinal ruim, pois através de “pequenas diferenças” é possível a construção de novas definições, de muitas outras mais antigas e por fim, de mudar. “O objetivo da investigação é o modo como estas definições se desenvolvem”. (BOGDAN & BIKLEN. 1999, P.56)

Para a realização da pesquisa ser efetiva, segundo a abordagem qualitativa, alguns procedimentos devem ser adotados, baseados em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, construindo uma linguagem de forma autônoma e particular e que Minayo (1997, p.26), denomina de “Ciclo de pesquisa”, ou seja, “processo de trabalho em espiral, que se começa por uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”. Este processo deve ser dividido em três etapas: 1- fase exploratória; 2- trabalho de campo; 3- análise do material empírico e documental.

A autora explica o seguinte: a fase exploratória é a construção, propriamente dita do projeto, com todos os procedimentos utilizados para a entrada em campo de pesquisa. Nesta fase, definem-se o objeto de estudo, as hipóteses, e instrumentos de operacionalização do trabalho, cronograma, escolha do espaço de ação e da amostra qualitativa.

No trabalho de campo, o pesquisador leva em prática todo conhecimento teórico adquirido na primeira fase, utilizando-se da combinação dos instrumentos de observação, análise documental, entrevistas, ou outras modalidades de comunicação com os pesquisados e outros. É o momento de constatação das hipóteses e de construção da teoria .

A etapa final é o conjunto dos procedimentos que valorizam, interpretam e compreendem os dados empíricos com a teoria a qual se fundamentou a pesquisa. “ A busca

da compreensão à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador”.(MINAYO, 1997, p. 27)

Justificativa

Após levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa, observei que as produções sobre cooperativas de catadores e resíduos sólidos aumentaram significativamente nos últimos 10 anos, nas mais diversas áreas do conhecimento, mas a maioria das pesquisas abordam conceitos relativos à gestão das cooperativas relacionados a meio ambiente ou sob o prisma econômico; poucas seguem na direção das relações de gênero no trabalho.

A proposta desta pesquisa vem a somar mais informações sobre a posição da mulher no mundo da reciclagem, logo, que nas atividades associativas deste ramo de atividade elas são a grande maioria. (IPEA, 2013).

Corroborando com as estatísticas mencionadas em trabalhos e pesquisas anteriores, a compreensão do mundo dessas mulheres, das experiências vividas em suas trajetórias de vida e trabalho, de sua posição nas relações de trabalho, na importância de sua posição como dirigente, e, de certa forma, de educadoras e geradoras de opinião, podem influenciar na formação de um novo pensamento em relação ao trabalho, nas relações pessoais e até mesmo na geração de políticas públicas voltadas para esse trabalho, que podem ser uma nova tendência de emprego para mulheres.

Estrutura

A pesquisa vem estruturada em quatro partes: Introdução, onde trago breve contextualização do objeto em estudo, as líderes de cooperativas de materiais recicláveis, o problema estudado, objetivos da pesquisa e por fim, as razões pelas quais me interessei em estudar este grupo específico de pessoas, e os apontamentos pertinentes a metodologia utilizada para a pesquisa, pontuando cada conceito, e a importância da metodologia utilizada para o contexto da pesquisa.

Na segunda parte do estudo faço uma revisão dos quatro conceitos principais abordados na pesquisa: trabalho, gênero, empoderamento e resíduos sólidos, aliados à

legislação de cada item.

O conceito de trabalho se completa com apontamentos sobre a história do trabalho no Brasil e a inserção da mulher no mercado de trabalho, direcionando daí para o conceito de gênero e relações de divisão sexual do trabalho, e também situação da mulher no mercado de trabalho formal e informal.

Ainda neste item pontuo conceitos das relações de gênero no mercado informal, o surgimento desse tipo de atividade no Brasil, precarização do trabalho e exclusão social, formação de lideranças e empoderamento das catadoras. Trago informações sobre o início da atividade de catação no Brasil e condições atuais de trabalho do catador, trabalho associativo, economia solidária e o MNCR e a importância de sua atuação nesta atividade de trabalho.

A seguir, é abordada a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS e marco legal de construção desta política, entrelaçado à importância e ao conceito de Sustentabilidade. Situo brevemente o gerenciamento de resíduos no Estado do Rio de Janeiro e descrevo os planos de aplicação desta política.

A quarta parte do trabalho traz os resultados obtidos e discussões sobre o objeto de estudo, através da descrição do diário de campo e da exposição das entrevistas realizadas, compactuando os resultados com o referencial teórico utilizado, e sintetizando os apontamentos feitos pelas entrevistadas.

Por fim, exponho as conclusões, contendo os resultados obtidos da pesquisa e contribuições para a incorporação de uma nova visão da atividade desenvolvida pelas catadoras.

1.0 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentadas as bases conceituais aplicadas ao desenvolvimento da pesquisa e da dissertação.

1.1 Contexto Histórico do Mercado de Trabalho no Brasil e o Trabalho Feminino

Após anos de exploração dos recursos naturais, devido ao desenvolvimento

industrial, o homem começa a voltar os olhos para as consequências deste processo tecnológico, como doenças e mortes causadas por agentes contaminantes, poluição do ar, da água e do solo, efeito estufa, derretimento das geleiras, entre outras ações da natureza que estamos sujeitos hoje em dia. Como aponta Trigueiro (2005), as consequências do processo tecnológico industrial sobre o meio ambiente:

“Há uma mudança no mundo que precisa ser melhor diagnosticada e compreendida. Ela é típica dos períodos de transição, em que novos valores e atitudes desmontam lenta e progressivamente o que havia antes. Desta vez, entretanto, há um agravante: em nenhum outro momento da história a necessidade de mudança foi tão urgente. Somos todos contemporâneos de um impasse civilizatório, cultivado nas entranhas de um modelo de desenvolvimento que vem exaurindo, em velocidade assustadora e numa escala sem precedentes, os recursos naturais não renováveis do planeta, com impactos negativos sobre a qualidade de vida da população.” (TRIGUEIRO, 2005. P. 7)

Incontestáveis são as mudanças ocorridas em todos os setores sociais e econômicos decorrentes deste processo, surgindo daí, de acordo com MARX (1997) apud MARTINS (2007), grandes mudanças nas relações de trabalho, nos modos de produção industrial, na diferenciação das classes sociais, dividindo esse cenário em classe capitalista e proletária, sendo a primeira, a burguesia, que é a detentora suprema do poder, geralmente os grandes empresários; e a classe proletária, os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em troca de remuneração assalariada. Esses últimos se diferenciavam dos serviços por não possuírem vínculos pessoais com seu contratante, transformando tais vínculos em relações monetárias, o que de certo modo, favorece a sociedade, quando este trabalhador tem condições de gerar seu próprio sustento. (MARTINS, 2007)

A mentalidade dos burgueses era explorar ao máximo o potencial de trabalho da classe proletária para gerar mais lucro, fazendo dessa classe dependente, pois, os valores pagos pelo salário eram insuficientes para a sua sobrevivência nas áreas industriais.

As jornadas de trabalho duravam até 16 horas diárias, trabalhando muitas vezes, todos os dias da semana, sem férias e quaisquer outros direitos; sem contar no grande contingente de trabalhadores do sexo feminino e crianças expostas ao mesmo trabalho árduo que os homens. Viviam em péssimas condições de moradia e sanitária, ficando altamente expostos a doenças como cólera e tifo, que levaram muitos trabalhadores à morte.

Ainda de acordo com Martins (2007), pautada do princípio da liberdade e da igualdade e para se omitir da real situação trabalhista, a Europa do século XVIII e início do século XIX, não intervinham junto à classe capitalista, pela opressão por eles causada sobre

os trabalhadores que não conseguiam se opor às condições de trabalho exigidas à época.

É neste momento de conflitos que nasce o movimento operário que objetivava valorizar o trabalhador e cobrar do Estado formas de intervenção nas relações laborais, controlando a exploração ao trabalhador, a jornada de trabalho e estabelecendo o salário mínimo, por exemplo; criando as instituições de produção capitalista baseado na relação capital/trabalho, como, por exemplo, empresas de propriedade privada, personalidade jurídica e o contrato de trabalho.

No século seguinte, outras tantas medidas de cunho protetor à saúde do trabalhador, como as normas regulatórias da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passam a trazer novos padrões para a saúde e segurança do trabalhador em todas as esferas do trabalho.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por mudanças sociais e políticas que produziram impactos significativos sobre a condição de vida dos brasileiros. Houve um crescimento importante da população ocupada e a formalização das relações de trabalho, promovendo maiores direitos e benefícios como a carteira assinada, por exemplo. Esse melhoramento se deve principalmente às consolidações das políticas públicas de transferência de renda, acesso a programas de saúde de atenção básica e diminuição de desigualdade de rendimentos. (SILVA, 2007)

Com a Primeira Revolução Industrial, a mulher chega ao mercado de trabalho formal, principalmente na indústria têxtil, mas ainda sofrendo discriminação tanto em relação ao tipo de trabalho realizado, horários e salários muito aquém do salário masculino, surgindo aí chamadas “meias-forças dóceis” que incluía também o trabalho infantil. Ainda de acordo com Silva (2007) torna-se evidente a necessidade de proteção ao trabalho da mulher, sendo objeto de regulamentação por vários organismos internacionais, que influenciaram a legislação trabalhista brasileira.

O contexto social e político no início da segunda metade século XIX é marcado por intensa urbanização decorrente da industrialização, gerando grande aumento no número pessoas estudando e trabalhando na área, o que levou a um aumento do número de mulheres no serviço. Somados a isso o avanço tecnológico com máquinas de lavar, geladeira e outros utensílios para facilitar o trabalho doméstico.

Nesta época as mulheres começam a entrar com mais força no mercado,

executando a não só atividades femininas. Mas, outras também como vendedoras de balcão, escritórios de empresa e repartições, serviço bancário, saúde e profissões liberais. Nota-se neste momento também um crescente aumento da instrução escolar destas mulheres, atuando principalmente no magistério. (LEWKOWICZ.; GUTIERREZ & FLORENTINO. 2008, p. 101)

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pela atuação do regime militar no país, surgindo os primeiros sinais de crise econômica e com aumento da inflação e intensa recessão, assolando principalmente as classes mais pobres, forçando de vez a entrada da mulher no mercado de trabalho, assumindo postos no comércio e na prestação de serviços, mas infelizmente as mulheres ainda não assumiam postos na indústria, algumas vezes por causa da legislação protecionista que proibia a mulher a trabalhar em lugares insalubres ou pela própria morfologia, formando lacunas em determinados setores, fenômeno conhecido como *feminilização de trabalho*, evidenciando a já existente diferenciação de gênero. (CALIL, 2007).

1.1.1. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho e as Relações de Gênero.

Nas muitas gerações passadas o trabalho feminino era compreendido essencialmente como atividade ligada aos afazeres domésticos, cuidados com os filhos e o marido. Era função exclusiva do homem gerar o sustento da casa, da esposa e dos filhos. De acordo com Lewkowicz; Gutierrez & Florentino (2008) a vocação única da mulher era de ser esposa, mãe e filha, independente de classe social, e estas por sua vez deveriam ser mantidas por seus pais, seus maridos e filhos.

No Brasil, apesar, do trabalho feminino ser visto como indigno, muitas mulheres, principalmente as de classe menos favorecida, trabalhavam para ajudar no orçamento doméstico desenvolvendo atividades como lavadeiras, babás, empregadas domésticas, costureiras e tecelãs, e outras muitas ajudavam os maridos na agricultura. Vale lembrar que muitas destas mulheres até o final do séc. XIX eram escravas ou escravas libertas, e trabalhavam em ofícios tão ou mais pesados quanto os homens, pois valiam menos em relação aos homens escravos.

Ainda de acordo com LEWKOWIKCZ; GUTIERREZ & FLORENTINO

(2008), é nesse momento que aparecem as chamadas “negras de tabuleiro” que eras escravas livres que vendiam seus quitutes, frutos e legumes que alimentavam o comércio varejista da época. Surgindo daí os primeiros indícios do que seria hoje a principal fonte de renda para muitas mulheres: o comércio informal.

Até algumas décadas atrás o casamento ainda era o melhor trabalho para as mulheres, principalmente para as de classes sociais mais abastadas. Havia até cartilhas construídas pela igreja católica ditando as normas de atividades e comportamento que as mulheres casadas deveriam ter. Mas para as mulheres mais pobres, ainda era muito difícil o casamento, surgindo assim grande quantidade de filhos ilegítimos, tornando as mulheres chefes de domicílio. Tudo isso sem nenhum amparo legal. (LEWKOWIKCZ; GUTIERREZ & FLORENTINO, 2008)

A primeira metade do século XX seguiu marcada pelas grandes diferenças de classe. Nas famílias mais abastadas o modelo tradicional se manteve; os homens eram os chefes do lar, o mantinham financeiramente, enquanto as mulheres continuavam em suas vidas domésticas.

Vê-se neste aumento de jovens melhorando sua qualidade de ensino, muitas chegando ao nível superior, e fazendo participações sociais e políticas relevantes para a época como Bertha Lutz, Alice Tibiriça e outras. Simpatizantes da causa feminina da primeira metade do século XIX, atuando ativamente na política em prol das mulheres.

Essas mulheres, como muitas outras, lutaram bravamente nos movimentos femininos, para que a situação das mulheres àquela época fosse menos desigual em relação aos homens. Por elas, as mulheres passaram a ser pensadas para além dos papéis domésticos, mas como mulheres com capacidades profissionais, intelectuais, para se fazerem vistas na sociedade. (PINSKY & PEDRO, 2012, p.234)

Nas décadas seguintes há um aumento significativo da mulher em atividades de consumo coletivo como serviço público e comércio em geral. Nas décadas de 1960 a 1980, o país passa por profundas mudanças econômicas, demandando trabalhadores com maior qualificação. (LEWKOWIKCZ; GUTIERREZ & FLORENTINO, 2008)

Muitas escolas passaram a ser mistas e a oferecer cursos profissionalizantes em outras áreas as quais as mulheres pouco atuavam, como medicina, direito e engenharias.

Assim, as mulheres ganharam novos horizontes de trabalho, chegando a cargos de chefia, diretoria e presidência até de empresas multinacionais.

Na média nacional, a razão de sexo, ou seja, a razão entre o número de pessoas do sexo masculino para cem pessoas do sexo feminino), é de 94,8 ou seja, 51.3% de mulheres e 48.7% de homens.. No Estado do Rio de Janeiro o percentual de mulheres é de 52,5 %. (IBGE, SIS, 2013 p. 19)

Entre a população feminina ocupada, 25% delas estão trabalhando como empregadas domésticas, trabalhadoras na produção para consumo, construção para uso próprio e não remuneradas. (IBGE, SIS, 2013)

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD- IBGE (2013), o acesso de mulheres com mais de 25 anos de idade em cargos de direção e gerência em comparação aos homens era de 5,0% em 2002 e alterou pouco em 2012, 6,64%. Cerca de 39% dessas mulheres atuam no comércio, seguidos pela educação, serviço públicos, e outras atividades. Esta pesquisa aponta que, apesar das mulheres possuírem níveis de escolarização muitas vezes maiores que os homens, o rendimento médio é inferior aos dos homens em mesma posição, cerca de 69% dos rendimentos masculinos.

Na contramão de todo avanço e progresso das mulheres em condições mais favoráveis, encontramos as mulheres de renda mais baixa, com menor escolaridade em altas taxas de desemprego e ou inseridas em atividades de trabalho precárias ou informal. (BRUSCHINI, 2007, P. 538).

O que se confirma através dos últimos dados publicados pelo documento- Síntese de Indicadores Sociais – SIS-IBGE (2013), onde 60,8% das mulheres que trabalham por conta própria no setor de serviços, comércio ou indústria, possuem menos de 8 anos de estudo.

Para Bruschini (2007), as últimas décadas do século XX passaram por profundas transformações demográficas, sociais e culturais que influenciaram positivamente o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho. Entre estes fatores estão a diminuição da taxa de fecundidade; a expectativa de vida ao nascer aumentou tanto quanto para os homens quanto para mulheres; a configuração dos arranjos familiares mudou aumentando significativamente a quantidade de lares chefiados pelas mulheres.

O acesso à profissionalização de melhor qualidade viabilizou melhores

oportunidades de trabalho e remuneração, alterando o perfil da mulher trabalhadora que antes eram jovens e solteiras e sem filhos para mais velhas, casadas e com pelo menos um filho, evidenciando uma alta taxa de produtividade entre mulheres mais maduras.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD- IBGE (2013) corroboram com Bruschini (2007). A quantidade de mulheres entre 25 e 49 anos, em situação de trabalho formal que declararam não ter filhos diminuiu. Para mulheres entre 25 e 29 anos o percentual subiu de 32,2 % em 2002 para 40,5 % em 2012. Daí se deduz que com o aumento da escolaridade da mulher, diminui a quantidade de filhos e inversamente ocorre o mesmo: quanto menor a escolaridade, maior a quantidade de filhos.

Os arranjos familiares também apresentaram alterações. O número de casais sem filhos aumentou de 14,0% em 2002 para 19% em 2012, fato atribuído principalmente ao aumento de escolaridade e horas de trabalho das mulheres, que estão se casando ou tendo filhos mais tarde.

A pesquisa usa o termo “pessoa de referência” em substituição ao termo “chefe de família” para apontar a pessoa no ambiente familiar que contribui com maior aporte financeiro para as despesas do lar. Fato devido aos arranjos familiares diferenciados, casais homoafetivos e solteiros com filhos. Em 2002, em 28% dos arranjos familiares, a mulher era a pessoa de referência. Em 2012 esse percentual chegou a 38%. (IBGE-SIS, 2013)

Apesar das mulheres trabalharem mais, seus rendimentos são menores. Mesmo sendo pessoas de referência em seus domicílios, ganham até de 70% menos que os homens, e ainda são responsáveis pelos afazeres domésticos. Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE-Sis (2013), 82,7 % das mulheres declaram dispensar pelo menos 19,4 horas semanais com os afazeres domésticos. O que evidencia a divisão de gênero no ambiente das relações familiares. Fato que já era confirmado por Simone de Beauvoir na década de 1950 e 1960.

“A estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, ainda conserva a forma que eles lhe imprimiram [...] A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social ou psicológica idêntica a do homem. A maneira porque se empenha em sua profissão e a ela se dedica depende do contexto constituído pela forma global de sua vida.” (BEAUVOIR, 1980, p.451)

Esta afirmação foi publicada na França em junho de 1949, e nunca esteve tão atual como agora. Sessenta décadas se passaram e inúmeros avanços foram alcançados. A mulher adquiriu maiores possibilidades de estudo e trabalho; ocupam cargos de posição cada

vez mais disputados, mas mesmo com as maiores qualificações profissionais e acadêmicas continuam ganhando menos que os homens.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2012), as mulheres com mestrado ganham 50% a menos que homens com a mesma qualificação e cargo. Para as que possuem doutorado esses índices diminuem um pouco, 27,24 %. Contudo, para mulheres com apenas o nível de graduação essa diferença é 65,7% percentuais, número que se aproxima muito da média nacional.

Um dos fatores que podem explicar esse evento é o fato de existirem mais mulheres com mestrado e doutorado do que homens disputando a mesma vaga em cargos de posição e comando. Estes cargos que são melhores remunerados são a minoria das vagas disponíveis no mercado; a maioria está concentrada em serviços que pagam menos, e por questões muitas vezes ligadas a estereótipos e questões ideológicas, ou ainda, por muitos acreditarem que as mulheres “não possuem jeito para comandar”. Além das atividades e complicações do chamado “teto de vidro”, ou seja, tríplice função dada às mulheres, como a sobrecarga de trabalho, cuidados com os filhos e com a rotina doméstica, muitas empresas preferem dedicar suas vagas aos homens. (VALOR ECONÔMICO, 2014)

Para Beauvoir (1980, p. 497) mesmo que a situação econômica da mulher mude, sua natureza de mulher não mudará, seus hormônios continuaram os mesmos, ela vai ser sempre “o que foi feita para ser”. Muitos anos vão passar até que as mulheres consigam de fato chegar à níveis de igualdade aos homens, muitas lutas se travarão, mas é nesse sentimento de libertação e igualdade que elas devem continuar se guiando e perseguindo sua ascensão, obterão o êxito.

Muito antes das primeiras aparições de definições de gênero e divisão sexual de trabalho e de sociedade, Beauvoir (1980) já nos presenteava com considerações que certamente foram protagonizadas nos estudos e movimentos sociais que viriam na décadas a seguir. Para tanto faremos um breve desenho do conceito de gênero e divisão sexual do trabalho.

1.1.2. Relações Sociais de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

O conceito *Gênero* surgiu em meados da década de 70 e disseminou-se muito

rapidamente a partir dos anos 80. Tem sua origem semântica no vocabulário inglês *gender*, utilizado para caracterizar o conjunto de pessoas de um sexo biológico ou outro, masculino e feminino.

Para Barros (2008, p. 67), o conceito de gênero “é um recurso utilizado para se referir à construção social desigual baseada na existência de hierarquia entre os sexos e as consequências que daí se origina”. Aponta que essa diferença não é só conceitual, mas gera reflexos sociais, culturais e políticos.

De acordo com a autora, a primeira abordagem dada ao conceito gênero, prevaleceu até meados do século XX, onde a partir das características biológicas, a natureza dos seres humanos era diferente. De acordo com essas diferenciações os homens possuem inclinações naturais para funções viris, ao passo que as mulheres teriam inclinações para a esfera doméstica e privada.

A partir da década de 1960 esse conceito passa a ser construído sob um modelo bidimensional, com amparo dos movimentos de libertação da mulher e ao mesmo tempo do “self”, com maior exploração da própria sexualidade, forjando aí uma confluência do fisiológico, psicológico, social, econômico, cultural e política. Foram décadas marcadas por movimentos libertários feministas, movimentos culturais como os “hippies” que mudaram toda a forma de ser e de agir de uma geração.

Nas décadas seguintes, o que se apresenta é um modelo pluridimensional, onde o conceito gênero deixa de ser uma unidade simples de indivíduos, e passa a ser uma dinâmica de ordens sociais que produz e legitima escolhas. É marcado social e culturalmente por movimentos como os Grupos de Gays, Lésbica e Simpatizantes (GLS) e ampliou-se em outras orientações sexuais.

Ainda para Barros (2008), de acordo com a teoria neoessencialista, pesquisas científicas apontam determinantes biológicos das diferentes atitudes e comportamentos entre homens e mulheres. Por exemplo, mulheres e homens homossexuais podem ter funções neurológicas idênticas, e ainda permanecer com funções caracteristicamente masculinas intactas. O fato é que, mesmo pelas características de cada um, não se pode aferir adequadamente em que profissão cada homem ou mulher se adequariam melhor, mas sim, serem considerados os pontos fortes e fracos para cada um na escolha profissional.

A argumentação da diferenciação de aptidões entre os sexos despreza ainda mais o potencial das capacidades humanas, pois longe de serem incompatíveis são indissociáveis, e não devem ser a razão principal para a segregação no trabalho. (BARROS,

2008, P. 69)

Partindo da premissa de que todos os indivíduos são homens ou mulheres e tem uma situação de classe a ser determinada. Hirata & Kergoat (1994) aplicam ao conceito de gênero o conceito de sexo social. Para as autoras “os conceitos de classe e as relações de sexo são estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações (professor/aluno, médico/doente, jovens/velhos) que são relações contingentes”.

Essas relações estão em todos os ambientes e todas as práticas sociais, inclusive no trabalho, onde todos os atores individuais ou coletivos são produtos e produtores das relações sociais. Estão envoltos numa teia de separação e entrelaçamento e coerências dessas relações, mas que ao fundo, são indissolúveis.

Essas relações sociais entre os sexos, apesar de serem indissolúveis, são marcadas fortemente por desigualdades, hierarquização, assimetria e antagonismos de exploração e opressão. E durante muitos anos essas relações sociais desiguais, no sentido que uma sempre se sobrepõe a outra, foi um dos motivos mais questionados pelos movimentos feministas. Daniele Kergoat (1984), segundo Hirata (1995) foi quem conceituou essas relações sociais em termos de “coextensividade”, no sentido de que uma classe sexual não pode recobrir a outra. Trata-se, como aponta a autora de não permitir a hierarquização dessas relações sociais. Logo, “uma relação social não pode ser um pouco mais vigorosa do que a outra: ela é, ou não, uma relação social”.

Neste sentido, ocorre a exploração do trabalho assalariado na divisão sexual do trabalho com remunerações desiguais entre homens e mulheres, ou seja, é na esfera de exploração econômica das relações de classe que o poder masculino é exercido sobre as mulheres.

Para Hirata (1995), o reconhecimento do lugar do indivíduo e da subjetividade no trabalho é a condição que permite captar os movimentos, preferências e o sentimento de pertencimento que cada pessoa desenvolve com o trabalho. Exemplo claro deste reconhecimento é atuação de grande quantidade de mulheres que atuam nas cooperativas de triagem de materiais recicláveis. Elas desenvolvem um trabalho tradicional e fisicamente masculino, mas ao qual elas, geralmente, se identificam. Assim como outras diversas profissões realizadas por homens e mulheres, as quais não estão inseridas nos padrões reconhecidos de trabalho.

A existência de diferentes modalidades de divisão de trabalho, como por exemplo, uma que constantemente atribui o trabalho manual e repetitivo às mulheres, e outra

que atribui trabalhos que requerem maior conhecimento técnico e braçal aos homens se apresentam em resultados amplamente obtidos em pesquisas sobre a divisão do trabalho de homens e mulheres em cooperativas de catadores, como é apontado nas pesquisas de Martins (2007), Wirth (2010), Ramos (2012).

Independente de como sejam as relações sociais hoje estabelecidas, as mulheres só obtiveram êxito e ascensão profissional e pessoal devido as mudanças ocorridas no comportamento feminino, como aumento do nível cultural e educacional, que lhes permiti maiores aspirações profissionais, ruptura nos papéis sociais tradicionais, valorização da independência econômica, e outras condições que lhes garantam liberdade e segurança, como qualquer cidadão. (BARROS, 2008)

1.1.3 Marco Legal do Trabalho no Brasil e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Desde a Declaração da Independência do Brasil de Portugal, o país teve oito constituições. A primeira delas, em 1824, traz o seguinte princípio: *“Todos são iguais perante a lei.”* Mas seu cunho real não incluía as mulheres e os escravos, pois estavam excluídos da vida civil como o não direito a votar e ser votado, exercer cargos públicos e outras restrições. O que se repetiu na Constituição de 1891, que apesar de ter sido inspirada nos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres ainda não estavam incluídas no “todos”. Tais direitos só foram garantidos a partir da Constituição de 1934. (PINSKY & PEDRO. 2012, p. 261)

Somente na Emenda Constitucional nº1, de 1969 (artigo 153, parágrafo 1º) completa-se o princípio da igualdade: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credos religiosos e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.”*

A primeira lei de cunho protecionista à mulher operária surgiu na esfera estadual em São Paulo: Lei n.º 1.596, de 29 de dezembro de 1.917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibindo o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de gravidez e no primeiro após o parto..

Em âmbito federal, o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde

Pública (Decreto n.º 16.300, de 21 de dezembro de 1.923), facultava às mulheres, empregadas em estabelecimentos industriais e comerciais, descanso de trinta dias antes e outros trinta dias após o parto. (CALIL, 2007).

As convenções n.º 3 e n.º 4 da Organização Internacional do Trabalho, (OIT) de 1919, referem-se à promoção das igualdades trabalhistas em todo o planeta e foram as primeiras colocar a mulher como pessoa de direitos no mercado de trabalho.

A convenção n.º 3 passou a vigorar em 13 de junho de 1921 à mulher trabalhadora licença remunerada compulsória de seis semanas antes e depois do parto, prevendo ainda intervalos de trinta minutos durante a jornada de trabalho para amamentação, dando ainda o direito a parturiente de receber dos cofres públicos remuneração suficiente para garantir sua subsistência e do filho. No Brasil esta convenção foi ratificada em abril de 1934, sendo promulgada pelo decreto n.º 423, de 12 de abril de 1935.

O decreto n.º 1.396, de 19 de janeiro de 1937, promulga a convenção n.º 4 da OIT que proíbe o trabalho feminino em indústrias públicas ou privadas no período de 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, reduzindo esse período de onze horas para dez horas durante 60 dias do ano.

Com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, em 1943, que tinha o intuito de consolidar as leis trabalhistas esparsas vigentes na época, fechando um ciclo do direito do trabalho e abrindo caminho para a adoção de políticas trabalhistas, como o surgimento de toda a legislação de proteção ao trabalhador.

Para Lopes (2002, p.410) essas medidas “protetivas” são carregadas de uma “falsa benignidade” como aponta a autora. Uma vez que não previa a mesma proteção aos homens que trabalhavam nas mesmas condições, o que comprova que o interesse de “proteger” a mulher nada mais era do que tentar colocar a mulher de volta, para aquele que era considerado na época o lugar dela: a casa, o cuidado da família. Segundo, porque a mulher trabalhando, colaboraria com a economia doméstica levando ao que classifica como “inversão social” colocando em risco a formação hierárquica da família e conseqüentemente a autoridade do marido, e por final, essas medidas “protetivas” revelam a divisão sexual do trabalho patriarcal, tão logo, a função da mulher era a maternidade.

Segundo a análise de Calil (2004), a Constituição Federal de 1934 traz grandes inovações ao assegurar a equiparação salarial entre homens e mulheres. Contudo, a Carta de

1937 não repetiu esta garantia em seu texto, assim possibilitando que mulheres viessem a receber salários inferiores àqueles pagos aos homens, o que efetivamente ocorreu.

Em 30 de agosto de 1940 foi promulgado o decreto-lei n.º 2.548 que permitia que a mulher empregada fosse pago dez por cento menos do valor fixado para o salário mínimo, o que representou um retrocesso das conquistas femininas.

Três anos mais tarde, quando foram reunidas as leis para a criação da Consolidação das Leis do Trabalho esta norma não foi compilada e se privilegiou a isonomia salarial; segundo o entendimento de que as medidas de proteção ao trabalho feminino adotadas eram de ordem pública, não justificando de forma alguma a redução do salário em virtude do atendimento dessas exigências legais. (CALIL, 2007)

A Declaração da Filadélfia de 1944 afirma novamente os princípios fundamentais sobre os quais se fundam a Organização Internacional do Trabalho- OIT declarando que:

I a) o trabalho não é mercadoria;

II a) todos os seres humanos, qualquer que seja a sua raça, a sua crença ou o seu sexo, têm o direito de efetuar o seu progresso material e o seu desenvolvimento espiritual em liberdade e com dignidade, com segurança econômica e com oportunidades iguais;

III d) da possibilidade para todos de uma participação justa nos frutos do progresso em termos de salários e de ganhos, de duração do trabalho e outras condições de trabalho, e um salário mínimo vital para todos os que têm um emprego e necessitam dessa proteção;

h) da proteção da infância e da maternidade.

Ficando a primeira metade do século XX marcada por lutas pelos direitos da mulher ao mercado de forma igualitária e não protecionista.

Na segunda metade do século XX as mulheres começam a entrar com mais força no mercado de trabalho, executando não só atividades femininas, mas outras como: vendedoras de balcão, secretárias em escritórios de empresa e repartições, serviço bancário, saúde e profissões liberais. Nota-se neste momento também um crescente aumento da instrução escolar destas mulheres, atuando principalmente no magistério. (PINSKY & PEDRO, 2012, p. 101)

Entre 1951 e 1958 a Organização Internacional do Trabalho- OIT, publica várias convenções relativas a remuneração igualitária entre a mão de obra masculina e feminina, e traz orientações sobre o termo Discriminação, na tentativa de diminuir a discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

Em 1962, entra em vigor a Lei n.º 4.121/62, o Estatuto da Mulher Casada, que entre outros ordenamentos tira da mulher casada a condição de relativamente incapaz, e retira do marido o poder de autorizar a esposa a trabalhar. (CALIL, 2007).

Em relação a este ordenamento do Estatuto da Mulher, Lopes (2006 p. 416) aponta que houve grande manifestação contrária por parte dos parlamentares da época, porque colocava em jogo a honra do marido, no sentido que ele perde a “autoridade” sobre a mulher quando esta pode tomar sozinha a decisão de trabalhar e reforça que o lugar da mulher é no lar, ao lado do marido.

A Constituição de 1967 reforça a proibição da diferença salarial entre os sexos ou de acordo com estado civil, garante licença maternidade remunerada à gestante, em todo o período de licença, e inova ao proibir critérios admissionais diferenciados como sexo, cor ou estado civil, garantindo ainda às mulheres, aposentadoria com salário integral após trinta anos de trabalho.

Em 1974, entra em vigor a lei 6.136, em atendimento à convenção da n.º103 da OIT, transferindo a responsabilidade para o sistema de previdência social, do salário-maternidade, afastando assim mais uma vez a discriminação contra o trabalho feminino.

Devido à crise financeira vivenciada nos anos 70 e 80 surgem os primeiros reflexos da economia informal, uma vez que muitas mulheres precisavam colaborar com a renda doméstica e sem qualificação profissional se submetiam a estes trabalhos. Completando aqui mais um ciclo de direitos da mulher no trabalho.

Para Barreto, (2010),

“A Constituição do Brasil de 1988 significou um importante marco para a transição democrática brasileira. Denominada Constituição Cidadã trouxe avanços no tocante ao reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres, resultado do intenso trabalho de articulação dos movimentos feministas, conhecido como lobby do batom, que apresentou propostas para um documento mais igualitário. Além do tratamento diferenciado na Constituição Federal, poderá ser prevista, na legislação infraconstitucional, em ações, políticas e programas estatais, a discriminação positiva das mulheres, com o intuito de afirmar sua igualdade.” (BARRETO, 2010).

Tal Constituição traz importantes avanços no tocante ao desenvolvimento do

trabalho da mulher e da saúde, licença-maternidade ampliada de 12 semanas para 120 dias, cria nichos de trabalho feminino, incentivando a inclusão da mulher no mercado de trabalho, reafirma a proibição da diferença de salário por sexo, proíbe a diferenciação na realização de determinadas funções e critérios de admissão baseados na diferença de gênero exclusivamente.

Uma prática comum adotada pelas empresas, por razão da atual Constituição foi a necessidade de apresentar exames negativos de gravidez foi derrubada pela lei 9.029, de 13 de abril de 1995, que criminalizou toda e qualquer conduta do empregador que exija testes, laudos, exames ou declarações relativas à esterilização ou estado gravídico, ou indução à esterilização que não estivessem de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, o SUS.

A Lei 9.799/99, de 26 de maio de 1999, inseriu novos artigos no capítulo III da CLT, que versa sobre a proteção ao trabalho feminino. Tais alterações tinham o objetivo corrigir algumas distorções que afetam a formação profissional e o acesso ao emprego, assim como as condições gerais de trabalho da mulher, como a garantia ao acesso igualitário das mulheres às vagas de emprego, proibindo, por exemplo, publicação de anúncios de emprego cujo texto faça referência a sexo, idade, cor ou situação familiar; recusa de emprego ou promoção, ou dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.

Essa lei também condena considerar sexo, idade, cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional, bem como impossibilitar o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez. (CALIL, 2007)

Garantindo ainda a empregada gestante, transferência de função, sem prejuízo salarial e demais direitos, se assim sua saúde o exigir, e dispensa do trabalho para pelo menos seis consultas pré-natais e exames complementares, assegura seu retorno a atividade exercida anteriormente ao período de licença-maternidade.

Em 2002, através da Lei 10.421 de 15 de abril, as mães adotivas adquirem o direito à licença-maternidade igual ao das mães biológicas, com períodos de licença diferenciados de acordo com a faixa etária da criança adotada, de trinta até 120 dias.

Ainda neste ano entra em vigor o Código Civil, onde, enfim, as mulheres são consideradas “pessoas” assim como os homens. Traz em sua estrutura condições de maior

igualdade entre os conjugues, reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, estabelece a guarda compartilhada dos filhos nos casos de separação, traz a possibilidade de dissolução do casamento civil pelo divórcio, direito ao planejamento familiar, direitos sexuais e reprodutivos garantidos. (PINSKY&PEDRO, pp. 270-273)

O novo Código Penal Brasileiro institui como crime o assédio moral no trabalho, estupro ou estupro de vulnerável como crime hediondo, tendo sido alterado no decorrer dos anos posteriores. Se incluem no rol de legislações protetivas a Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006), Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003) e Estatuto do Idoso (Lei 8.069 de 13 de julho de 1960).

Em 2003 foi criado, através da Secretaria de Políticas para Mulher (SPM) do Governo Federal, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) criado pelo Decreto 5.390 de 8 de março de 2005 e revogado pelo decreto 7.959, de 13 de março de 2013, que contou com a participação da sociedade civil, de movimentos feministas, rurais e urbanas, organismos estaduais e municipais para as mulheres, e elaborado das conferências municipais, estaduais e federais.

Possui como princípios fundamentais, a autonomia das mulheres em todas as dimensões de vida, busca a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos, o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação, possui caráter laico, almeja a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, propicia a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas. (PNPM, 2013-2015)

Há disponíveis hoje, três PNPM, que são resultados das discussões e debates da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a primeira realizada em 2004, a segunda em 2007 e a terceira conferência realizada em 2011 traz a produção do Plano ao qual apresento nesta pesquisa. Nota-se clara evidência do crescimento e da evolução dos planos do decorrer das conferências com aumento significativo dos pressupostos, princípios e diretrizes por eles trazidos. De quatro passou para dez no segundo e terceiro planos.

São eles:

- Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica
- Educação para igualdade e cidadania
- Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
- Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
- Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
- Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
- Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta

- Cultura, esporte, comunicação e mídia
- Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia
- Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres portadoras de deficiência.

Cada capítulo traz seus objetivos gerais e específicos, metas e linhas de ações descritas para o prazo vislumbrado de atuação, no caso três anos. O processo de aplicação é executado pela coordenação de gestão e monitorado pela Secretaria de Políticas para Mulheres, através do Comitê de Articulação e Monitoramento, composto por representantes de 32 órgãos governamentais, representantes do ONU Mulheres, OIT, e por outro lado, da participação ativa da sociedade civil e dos movimentos sociais no controle da aplicação das políticas acordadas.

O PNPM é importante instrumento de garantias dos direitos femininos para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e igualitária.

1.1.4 O Surgimento do Mercado de Trabalho Informal e a Mulher Trabalhadora

A partir da década de 1970 se torna usual o termo “setor informal” criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com Milhomem (2004) esse termo surge como um novo instrumento para explicar um antigo fenômeno: a existência de atividades econômicas com baixa produtividade que se desenvolvem às margens da legislação. O aumento abrupto deste fenômeno leva a consequente precarização das condições de trabalho com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira, e do trabalho por conta própria, geralmente caracterizado por não ter renda fixa, podendo ser realizado em tempo parcial e principalmente identificado pela ausência de contribuição à previdência social, logo, sem direitos à aposentadoria.

De acordo com dados do IBGE, (2013), 43,1% dos entrevistados ocupados estão trabalhando em atividades consideradas informais, representando 22% da população brasileira. A faixa etária mais predominante neste tipo de atividade são os jovens entre 16 e 24 e idosos acima dos 60. A explicação dada por esse estudo é de que os jovens estão tentando a primeira oportunidade de trabalho e os idosos que já tiveram sua contribuição feita à previdência social podem complementar a renda financeira.

Outra característica no profissional informal é a quantidade de anos de estudos

significativamente mais baixa do que para os profissionais do mercado de trabalho formal, menos de oito anos de estudo. Em 2012 o rendimento real da população ocupada no mercado formal foi de R\$ 1.469,00 enquanto que para o trabalhador informal esse rendimento foi de R\$ 989,00.

Quando se trata de trabalho feminino as diferenças aumentam. As mulheres no mercado formal têm salários equivalentes ao dos homens em 73%, enquanto que para aquelas que trabalham na informalidade essa taxa cai para 66% em relação aos homens.

O aumento considerável do trabalho informal, para Melo (2010), é resultado da reestruturação produtiva que apresenta formas e características bastante distintas, mas que possui em comum ao capitalismo a exploração direta do capital sobre o trabalho, onde o trabalhador continua “vendendo” sua força de trabalho em troca de remuneração, e ainda pior, sem contrato formal de trabalho ou qualquer tipo de seguridade laboral. Ainda para a autora há uma linha diferencial entre o trabalho formal e informal, onde o primeiro está amparado por um conjunto de leis criadas pelo Estado, e o segundo não possui amparo, o colocando em situação de fragilidade por não estarem protegidos por essas leis, os chamados “excluídos”. Como explica a autora:

“A reestruturação produtiva do capital, ao priorizar a flexibilidade como uma das políticas macroeconômicas que orientam a organização da produção, propicia processos de terceirização, pelos quais muitas atividades saem do interior das empresas para serem desenvolvidas na informalidade. Dado o grande volume de desemprego, resta a muitos trabalhadores aceitar as condições impostas pelo capital. Com isso, diminui o custo variável da produção, aumenta o capital constante e expande-se o trabalho informal, com graves consequências para os trabalhadores, quase vêm obrigados a se inserir neste mercado inseguro e precário” (MELO, 2010, p.02)

A esse contingente de trabalhadores sem ocupação formal, Marx (1998) apud Bosi (2007) nomeou-se como “exército industrial de reserva”, uma vez que eram, em sua grande maioria, desempregados que migravam em direção aos centros industriais à procura de novas oportunidades de trabalho.

Nas décadas de 1960 e 1970 tendo como cenário histórico o capitalismo aplicado na América Latina, surge o termo “massa marginal” ocupada por uma superpopulação estagnada sem qualificação ou ocupação definida. Eram os trabalhadores “por conta própria”, os assalariados de setores menos modernos, que trabalhavam em condições precárias, sem atenção de políticas públicas e com salários baixos. BOSI, (2007)

Bosi (2007) aponta que durante essas duas décadas houve um crescimento acentuado dessa classe trabalhadora inserida em ocupações sem qualificação, mas que ao mesmo tempo atuava no sentido de um exército de reserva. Explica que essa expansão não teve e não tem causas demográficas, como antes, mas está relacionada com as mudanças no padrão de produção e de acumulação do capital.

As décadas seguintes são marcadas por profundas transformações na relação capital x trabalho. A chamada reestruturação produtiva que atingiu muitas outras profissões que eram consideradas estáveis, como bancários, operários calçadistas e metalúrgicos, articulando de forma mais dinâmica o “formal” e o “informal” através de terceirizações, e recontrações.

Surgem nesse momento histórico as primeiras cooperativas de costureiras que antes trabalhavam na informalidade, transferindo-se para uma forma de mercado mais formalizada, isenta de encargos trabalhistas, mas que traziam melhores garantias aos trabalhadores. (BOSI, 2007)

Contudo, nem todas as ocupações informais são consideradas de baixa qualidade. Caso das atividades desenvolvidas nas cooperativas de catadores, que é o objeto de estudo. Muitos profissionais começaram suas atividades de catação na rua ou em lixões a céu aberto, e com o tempo obtiveram melhor conhecimento do trabalho e passaram a se unir através das cooperativas de catadores.

1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES

A economia solidária ou economia social surgiu na Grã-Bretanha a partir do Século XIX, durante a primeira Revolução Industrial, onde o capitalismo esteve presente no comando do desenvolvimento sem, no entanto, excluir outras formas de economia. (SINGER, 2004)

Este tipo de economia nasce em um contexto histórico onde a mão de obra, principalmente dos artesãos, foi substituída pela mecanização no processo industrial, gerando um alto índice de desemprego entre os camponeses que foram expulsos dos domínios dos senhoriais se transformando no proletariado moderno.

Os trabalhadores começaram a se associar em cooperativas de consumo. Muitas não aguentaram as opressões sofridas pelo desenvolvimento tecnológico e pela hostilidade do governo que não apoiava esse tipo de economia. Poucas tiveram sucesso e hoje são a referência para o cooperativismo. (RAMOS, 2012)

Singer, (2004) traz as seguintes definições para diferenciar o desenvolvimento capitalista do desenvolvimento solidário:

“Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados.” (SINGER, 2004)

A ideia da economia solidária não é fazer vez ao capitalismo com todas as suas significações, mas sim tornar a economia mais igualitária, destituindo o grande poder concentrado nas mãos de poucos para uma divisão mais justa, onde todos tenham oportunidades legais de trabalho com divisão de renda adequada.

A partir da década de 1970, o Brasil passou por significativa reforma econômica e social, o que levou a um desemprego estrutural em massa. Diminuindo muitos postos de trabalho formal e aumentando a informalidade e outras práticas de trabalho com outros ajustes de vínculo empregatício, como contratos por tempo determinado, terceirizações etc. Dando assim uma nova cara ao cooperativismo moderno.

Esse tipo de economia está presente tanto nos espaços rurais quanto urbanos, através de cooperativas de produção e consumo, de associações de produtores, com apoio e financiamento de instituições voltadas para os empreendimentos solidários, empresas de autogestão e outras formas organizacionais.

Fato importante ao desenvolvimento deste tipo de economia em nosso país, é o apoio do governo federal, estadual e municipal, que se articularam através de fóruns formando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária de Abrangência Nacional. Utilizavam como instrumentos os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, gerando fortalecimento e fomento para novas organizações em todo território nacional. (RAMOS, 2012)

Fatores como o crescente aumento da exclusão no mercado de trabalho e diminuição dos rendimentos familiares, levaram a um aumento cada vez mais significativo de

peessoas inseridas na atividade de catação formando uma força de trabalho mais visível a partir de 1980, como aponta Bosi (2007). Para o autor grande parte deste contingente de pessoas vinham de outras ocupações profissionais, e perderam seus cargos de trabalho. Sendo obrigados a se inserirem em outras atividades, mesmo que fossem desprovidas de qualquer tipo de seguridade.

Os empreendimentos econômicos solidários na forma de cooperativas, surgem como uma alternativa de humanização e formalização do trabalho, sendo criados e apoiados pelos municípios brasileiros. Ato fortalecido principalmente, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS, que tem como um de seus principais objetivos o fortalecimento das cooperativas de catadores através de instrumentos vários. (RAMOS, 2012)

Esse tipo de empreendimento nasce de uma demanda de preocupação ambiental cada dia mais frequente com a questão do resíduo. Para Ramos (2012), apesar da reciclagem ser de vital importância para a questão ecológica e econômica ao apresentar benefícios financeiros ao processo produtivo e ser de suma importância social aos excluídos da sociedade, há ainda discrepâncias significativas no processo. De um lado a classe mais desprotegida trabalhando em condições, muitas vezes, humilhantes; de outro lado, o lucro maior fica detido nas indústrias recicladoras.

Por isso, é necessário políticas públicas como a PNRS, programas como Cataforte, Catadoras e Catadores em Redes Solidárias, para o fortalecimento de toda a cadeia produtiva da reciclagem, no sentido de que os cooperados tenham autonomia de trabalho durante todo o processo.

Para Calderoni (1998) apud Martins (2003), a formação das associações de catadores é uma importante inovação institucional, pois além de melhorar os ganhos dos trabalhadores, os torna menos vulneráveis em negociações com a indústria ou com os intermediários que compram o material reciclável, e, trabalhando juntos, eles podem adquirir melhorias em relação ao desenvolvimento do trabalho, agregando maior valor financeiro ao trabalho, tornando-se auto gestores de seus empreendimentos

Para Silveira, (2011) as cooperativas proporcionam aos trabalhadores uma possibilidade de mais dignidade de trabalho e acesso a benefícios sociais, conforme se vai investindo num sistema público de coleta seletiva adequado. Através desses espaços há possibilidades de debate sobre novas formas de trabalho, contemplando as necessidades das

mulheres, uma vez que devidos as qualidades consideradas “naturais” tanto por elas, quanto para os homens, deixam de realizar outras atividades pertinentes a cooperativa como a saída às ruas, aos postos de tomada de decisão restringindo-se somente ao fino trabalho da triagem.

Para Ramos (2012), a tentativa de organizar os trabalhadores em grupos associativos é uma tendência crescente com o intuito de fortalecer e valorizar o setor. E além de trazer de volta ao setor produtivo, o trabalho propicia melhores meios de subsistência e é ferramenta importante de integração social, possibilitando a inclusão social e o sentimento de pertencimento ao grupo.

Autores como Martins (2007); Ramos (2012) e With (2010), apontam na mesma direção para o grande contingente de mulheres atuando nas cooperativas. No Brasil, elas representam cerca de 60,5% do total de cooperados, chegando a valores maiores no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os fatores que mais contribuem para o trabalho feminino estão relacionados as habilidades natas da mulher como maior sensibilidade para a triagem, a motricidade fina que lhes aumenta a capacidade do tato e destreza para separar os resíduos, enquanto o serviço mais "braçal" deve continuar a cargo dos homens, como enfardamento, carregamento do caminhão e outros. O que se nota nas pesquisas, é uma leve quebra desse paradigma no sentido de que as mulheres possuem capacidade multitarefas inclusive de liderança das cooperativas, o que será comentado no decorrer da apresentação dos resultados deste estudo.

1.2.1 O Catador e Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis

A existência de pessoas que vivem do lixo perpassa o século XIX. Há registros de pessoas que coletavam garrafas de vidro e sucata de metal e viviam nos centros urbanos. Na literatura brasileira são vários os episódios descritos a respeito da atividade de catação nos centros urbanos.

No texto abaixo, João do Rio nome utilizado por Paulo Barreto, publicou várias crônicas no Jornal *Gazeta de Notícias*, nos anos de 1903 e 1904 relatando a realidade social da capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. O trecho abaixo reproduz a existência dos catadores, que na época recebiam outros nomes de acordo com o material que era captado e

revendido.

“Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na, boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas.” (Do Rio, João, 2008, p. 56)

Pouco mais adiante o autor retrata a figura dos **caçadores**, que procuravam gatos para vender aos restaurantes como coelhos, **os trapeiros** que coletavam papel e trapos para revender às fábricas, e especialmente os trapos limpos valiam uma boa quantia às fábricas de móveis que os utilizava na lustração dos móveis. E havia ainda, os **sabidos**, que eram os que procuravam botas e sapatos velhos, quase todos importados, que eram revendidos às lojas, reformados e então voltavam ao comércio. De todas as categorias de catadores estes eram os que tinham o melhor retorno financeiro, pois era um material mais nobre.

Algumas décadas depois, entre anos de 1970 e 1980 ainda era visível a presença do garrafeiro nas ruas das cidades. Nas décadas seguintes a figura do garrafeiro e ferro velho diminuem de cena para dar lugar ao catador, inicialmente mais visível nos centros das grandes metrópoles, e que sobreviviam principalmente da cata de papel, plástico, vidro e alumínio.

O mercado de consumo mudou significativamente nas últimas três décadas. A quantidade de produtos descartáveis, feitos dos mais variados tipos de materiais como plásticos e alumínio, substituíram o uso do vidro e outros metais, mudando o perfil do material de coleta e a forma de comercialização. (WALDMAN, 2008, p. 8-9)

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declaram catadores ou catadoras de materiais recicláveis livres ou associados que tem a atividade de catação como principal fonte de renda. Mas, entidades como o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis acredita que estes números cheguem a um milhão de catadores, e de acordo com o Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA - em 2013 pode haver de 400 a 600 mil catadores em todo território nacional.

Ainda de acordo com os dados do Censo Demográfico, a Região Sudeste comporta cerca 161.417 catadores, o que representa 41,6% de todo o território nacional. O Estado de São Paulo possui cerca de 79.770, valor aproximado à soma da quantidade de

catadores dos outros três estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, ou seja, 81.647 catadores.

Calcula-se que para cada lar com um catador, outras 3,7 pessoas dependem dos rendimentos dele, o que gera cerca de 1.426.584 vivendo indiretamente da atividade de catação.

Outros dados importantes sobre o perfil deste trabalhador é que 66% se declaram negros, 93,3% vivem em áreas urbanas, recebem como rendimentos R\$ 629,89 como média nacional; o Estado do Rio de Janeiro é o que mostra as maiores médias: R\$ 653,15. Em relação a previdência social, 57,9% declararam contribuir. No Estado do Rio de Janeiro chega a 74,4% dos entrevistados. (IPEA, 2013)

Ainda segundo o estudo do IPEA, no Estado do Rio de Janeiro a taxa de analfabetismo entre os entrevistados é 10,2%, enquanto a média nacional é de 20,5%, e, o estado possui também uma melhor escolaridade entre os catadores: 38,3% declaram ter o ensino fundamental completo e 20% declararam ter o ensino médio completo.

Em relação ao gênero, 68,9% dos entrevistados são homens e 31,1% são mulheres, sendo que o Estado de Minas Gerais possui 39,9% de mulheres e o Estado do Rio de Janeiro o menor percentual para a Região sudeste, 21,8%. Apesar deste valor ser baixo, o Estado do Rio de Janeiro, apresenta uma característica bastante interessante. De acordo com o Projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias- Sistematização da experiência e Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico- Realizada pela Secretaria Estadual de Ambiente SEA- RJ, dos 3.084 catadores avaliados pelo projeto 58% são homens e 42% mulheres. Entre os catadores não organizados observa-se o predomínio de homens, mas quando classificados como organizados os valores se invertem: 41% de homens para 59% de mulheres. Resultados similares também foram encontrados em estudos realizados na Região Sul do país.

A partir da década de 1980 os catadores ambulantes começaram a se organizar em grupos, através do apoio organizações não governamentais. A primeira cooperativa de reciclagem de materiais surgiu em São Paulo em 1989; A COOPAMARE- Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Recicláveis. A princípio a intenção de agrupamento dos catadores era de retirar de cena a atuação do ferro-velho que comprava os materiais por preços sempre baixos. A partir deste evento muitas outras cooperativas foram formadas tendo como base o exemplo da COOPAMARE.

O Movimento Nacional de Catadores começa a surgir em 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em 2001 acontece o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília que contou com a presença de 1700 catadores, o que deu estímulo ainda maior à luta pelos direitos da classe, culminado na *Carta de Brasília*, documento que expressa as necessidades dos catadores de materiais recicláveis.

Após este encontro foram realizados outros a nível nacional e Latino Americano, como o 1º Encontro Latino-Americano de Catadores em 2003, que culminou na apresentação da *Carta de Caxias* que define a situação dos catadores na América Latina unificando-os ao Brasil. (IPESA, 2013, p. 27)

Destes encontros é que nasce o MNCR-O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que foi criado em 2001, na busca de garantias da valorização do trabalho da categoria, colocando o catador como o protagonista de sua classe, buscando a independência, através da prática da ação popular direta, da autogestão, do apoio mútuo e direito a democracia. (MNCR ,2013)

Em 2002 , o Ministério do Trabalho oficializou o atividade do catador como ocupação, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), registrados no código 5192-05, definindo-a como: “*Catador de material reciclável - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)*”. Garantindo assim as atividades de catar, selecionar e vender materiais como vidro, papel, materiais ferrosos e não ferrosos e quaisquer materiais passíveis de reaproveitamento, reutilização e reciclagem, entre outras atividades.

O reconhecimento da atividade do catador como ocupação poderia ser um importante indicativo para o resgate da dignidade dos trabalhadores, incluindo-os no âmbito das políticas públicas. Contudo o que se nota é que grande quantidade desses profissionais se encontram em condições precárias de trabalho, expostos a riscos à saúde, sem regulamentação trabalhista do trabalho formal e baixa remuneração. (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

Apesar de hoje o catador poder contar com as inúmeras políticas públicas sociais voltadas para ele como, programas como Pró-catador, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que traz o catador como protagonista, através de seus diversos instrumentos de aplicação, ainda há muito a que se realizar para a melhoria de condições de vida e trabalho

dessa classe, pois, mais de um século depois ainda estão sujeitos à desumanidade da cadeia perversa da catação como vimos no texto de João do Rio, em 1903.

1.2.2. Liderança e Empoderamento em Cooperativas.

Nas últimas décadas o conceito de empoderamento vem sendo amplamente utilizado no campo das investigações sobre novas alternativas de desenvolvimento, em conceitos como “desenvolvimento humano sustentável”, “desenvolvimento humano saudável” e outros, que são geralmente voltados a movimentos de base, relacionados às relações de gênero, principalmente. Tem origem na palavra inglesa “*empowerment*”, e pode ser apontado como sinônimo de “apoderar-se ou apossar-se de”, como também como sentido adjetivo de “tornar-se mais poderoso”. (MARTINS, 2003, p. 170).

Para a autora esse termo está relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, enfocando, não as carências e a precariedade dos recursos disponíveis, mas sim a existência de oportunidades sociais, políticas e econômicas, através da expansão das capacidades humanas pautadas na construção de política públicas que as influenciem e as orientem. Nesta condição de agente de mudança está embutido o potencial de cada um para cuidar de si mesmo, e na capacidade de influenciar o entorno, sendo um catalisador de transformação social.

“No combate à pobreza, o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos.” (Lisboa, 2007, p. 643)

A autora considera que, neste caso, o empoderamento é um processo onde as pessoas, as organizações sociais ou comunidades criam seu próprio espaço e, partir dele “aprendem” a lidar de forma criativa com as situações problemáticas em função de suas necessidades básicas. Aqui o enfoque é a capacidade de descoberta e desenvolvimento de suas próprias capacidades para superar as adversidades, trabalhando de forma positiva e produtiva o conceito de empoderamento, para construir um poder que “afirma, reconhece e valoriza”.

Partindo desta premissa, a autora aponta que o processo de empoderamento é diretamente ligado ao processo de participação. Esta participação favorece a criação e estabelecimento de políticas públicas e práticas de desenvolvimento que completam as necessidades dos atores envolvidos. Situamos neste contexto, a participação das organizações de catadores na criação de políticas como, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a participação das organizações femininas na criação dos Planos Nacionais e Políticas para Mulheres. Estes são apenas exemplos, hoje vemos a participação dos grupos específicos influenciando os mais diversos setores da política nacional.

Essa condição de agente de mudança está geralmente relacionada a um processo de patamar de mínimo bem-estar, a nível econômico, de reconhecimento social, coletivo e que, principalmente, gera a consciência da força interior, e da elevação da autoestima. Como aponta Martins (2007, p.171):

“Pensando na qualidade de vida como um conceito multidimensional, que abrange tanto aspectos materiais, pode-se incluir a autonomia e a auto determinação sobre a própria vida como fatores-chave para transformar a qualidade de vida de populações em risco social (crianças, jovens, população idosa). Nesse sentido o *empowerment* (empoderamento) é encarado como elemento primordial para mudanças em direção ao desenvolvimento humano, sendo um forte alavancador das condições concretas de vida.”

Para Oliveira (2006), o empoderamento conquistado pela mulher, desafia as relações patriarcais, podendo levar o homem ao que ela denomina de “desapoderamento”, que pode leva-lo à perda da posição privilegiada que ocupava quando do patriarcado. Isso ocorre quando a mulher inserida nas relações familiares tradicionais, toma posse das suas opções, seus bens, sua opinião e sexualidade.

No entanto, quando a mulher assume essa posição de autonomia e o homem passa ajudar a dividir as responsabilidades, antes destinadas a ele, voltando à posição de empoderamento também, e mais, ele se libera de uma posição de estereótipo de gênero se abrindo para novas experiências emocionais. Logo, o empoderamento feminino leva a mudanças de experiências não só nela, como no parceiro e em todo contexto familiar.

Conforme a mulher vai ganhando espaço e poder, resultantes dos seus processos internos de melhora da autoestima e reconhecimento da autonomia, ela aumenta suas possibilidades de barganha também. Esse se distende do espaço doméstico para outros espaços, como o público e econômico.

A mulher nos dias atuais, participa ativamente, contribuindo para as despesas domésticas, quando não, ela mesma é a pessoa de referência no lar. Assume postos antes considerados masculinos, já possui comprovadamente mais orientação educacional do que os homens, entre outras condições que ela conseguiu chegar em nível de igualdade aos homens.

Lisboa (2007) aponta de acordo com Kiefer, apud (Stark, 1996) que o processo de empoderamento passa por cinco momentos, partindo de uma situação de importância para uma competência participativa. São eles: **Contexto**, geralmente caracterizado por uma situação de ruptura ou ameaça, com mudança ou uma situação de marginalidade, que provoca na pessoa uma prévia aptidão para a transformação. O segundo momento, **Motivação**, onde o indivíduo se identifica com outros que estão na mesma situação. O terceiro momento, **Engajamento e reivindicação**, é a percepção dos indivíduos que sua situação tem uma dimensão coletiva, que os conduz a uma compreensão política de sua posição. Neste momento entra o agente de transformação, ou mentor do grupo que se engajam num processo de formalização do grupo. O próximo momento é de **Integração e Ação**, quando ocorre o compartilhamento dos conflitos dando origem ao sentimento de pertencimento e trocas mútuas. O momento final é da **Conscientização**, é o momento do “sentir-se capaz”. Requer paciência e tempo em relação ao tempo de aceitação passiva, conformista e de convencimento de que só através da participação ativa e possível alcançar os objetivos coletivos e produzir mudanças sociais.

O conhecimento e as experiências vivenciadas devem ser compartilhados com outros membros do grupo para o fortalecimento do empoderamento e formação de novas lideranças.

Na pesquisa de Oliveira (2012) realizada numa grande cooperativa de materiais recicláveis de Belo Horizonte – MG foram abordadas pelos cooperados condições de confiança para a escolha de liderança, assim como a idade, geralmente relacionada aos anos de experiência na atividade de catação com muito mais ênfase do que em anos de estudo. Qualidades natas como comunicação, empatia, trabalho em equipe, capacidade de comando também foram consideradas. Não ao acaso, a líder desta cooperativa com quase 200 colaboradores é uma mulher.

1.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos: bases para a sustentabilidade.

O desenvolvimento tecnológico dos séculos XIX e XX veio acompanhado do crescimento expressivo da população urbana, da utilização irracional e cada dia maior dos bens naturais para a produção e para a manutenção das condições de vida urbana, gerando impactos ambientais sem precedentes.

As mudanças nos padrões de economia vividos, principalmente na última metade do século passado levaram não só ao consumo cada dia maior de fontes não renováveis para produção de energia, com também uma tendência mundial de consumo, principalmente de materiais descartáveis não recicláveis, tornando o resíduo nosso de cada dia um passivo ambiental cada dia mais discutidos e de preocupação para todos, pois representa um problema não só ambiental, mas também de saúde pública e saneamento básico, mobilizando hoje em dia toda a sociedade para a relação consumo/produção.

Em países da Europa, por exemplo, a questão do resíduo é discutida desde a década de 1970, e a União Européia incorpora sua definição de resíduo e suas políticas de resíduos sólidos a partir da Directivas³ 75/442/CEE e 91/156/CEE, de 18 de março de 1991. “**Resíduo** - Toda a substância ou todo o objecto, que se pode incluir nas categorias que figuram no Anexo I, do que o respectivo detentor se desfaz ou do qual tem a intenção ou obrigação de se desfazer.” (SANTOS OLIVEIRA; MENDES & LAPA, 2009)

Nos dias atuais, todos os países da União Européia (EU) possuem suas políticas de resíduos, que foram elaboradas com base nas Directivas² adaptadas às suas necessidades locais, mas com a preocupação internacional da questão do dano do resíduo causada ao homem e ao meio ambiente, e também no que tange à questão dos resíduos transfronteiriços e responsabilidades técnicas e econômicas ligadas ao correto transporte e depósito final, o que resultou na Convenção da Basileia aprovada pela Organização das

² Directiva é um ato legislativo da União Europeia que exige que os Estados-Membros alcancem um determinado resultado, sem ditar os meios para atingir esse resultado. A diretiva pode ser distinguida dos regulamentos da União Europeia que são auto executivos e não requerem quaisquer medidas de execução. As diretivas, normalmente, deixam os Estados-Membros com uma certa dose de flexibilidade quanto às regras exa tas para serem adoptadas. As diretivas podem ser adoptadas através de uma variedade de procedimentos legislativos, em função do seu objecto. CEE- Comunidade Económica Européia.
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretiva_\(Uni%C3%A3o_Europeia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretiva_(Uni%C3%A3o_Europeia)). Acessado em 26/11/2013.

Nações Unidas - ONU em 1.989.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi sancionada quase 20 anos após as primeiras políticas de resíduos internacionais, em 02 de agosto de 2010, Lei 12.305, que teve como arcabouço legal Lei 11.445/2007- Lei Federal de Saneamento Básico, lei 9605/1998 Lei de crimes Ambientais, Lei 8.666/1993- Normas para Licitação e Contratos da Administração Pública – Art. 24, Lei 11.107/2005- Lei de Concursos Públicos, Lei 12.014/2009- Política Nacional de Mudança Climática, Estatuto das Cidades- artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, homologada pelo Decreto 7.404/2010.

A PNRS traz como seus princípios fundamentais a prevenção e precaução do poluidor-pagador, a eco eficiência e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o reconhecimento dos resíduos como bem econômico e de valor social, o direito a informação e ao controle social, entre outros.

Como instrumentos de aplicação desta Política, temos a coleta seletiva, a criação do sistema de logística reversa, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis, e por fim o SINIR- Sistema Nacional de Informação sobre Gestão dos Resíduos Sólidos.

Para a realização deste trabalho é importante salientar a correlação dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nela fica bastante clara a atuação da sociedade no geral, como principais atores da execução da política. A partir da conscientização social da importância de diminuição do consumo, da responsabilidade pela produção e destino adequado de seus resíduos e rejeitos. Acompanhando esse mesmo preceito de conscientização, coloca também o setor produtivo responsável pela sua produção e cuidados como material residual produzido quando se apoia no princípio do poluidor pagador e de logística reversa.

O princípio baseado na criação e fortalecimento das cooperativas de catadores é o reflexo mais visível de uma nova forma de produção do capital, baseada nos princípios de economia solidária. Neste sentido, o material reciclado se torna matéria prima para produção de mercadorias e, por outro lado, fortalece o setor para que ele saia da “informalidade”, uma vez que essas cooperativas devem estar minimamente “legalizadas” para participar dos processos de coleta seletiva dos municípios e obedecer aos requisitos que a própria PNRS impõe.

1.3.1 Arcabouço legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A história do lixo, através das sociedades se reproduz ainda hoje na forma como desperta o asco que sentimos apenas em mencioná-la como algo sujo, desprezível, ainda mais quando vinculada aos rejeitos humanos como fezes, urina e secreções.

Sabe-se, porém, que é de natureza intrínseca do homem e dos animais se manterem distantes de seus dejetos e rejeitos como aponta Eigenheer (2009), ao enfatizar a necessidade de se fazer a devida distinção entre “lixo”, produto das atividades humanas e dejetos, produto do metabolismo humano e animal.

Somente a partir da metade do séc. XIX é que se começa a distinguir dejetos de rejeitos com a chegada na Família Real ao Brasil, estabelecendo o sistema de limpeza urbana, aprovando o contrato de limpeza e irrigação da cidade que foi executado por Aleixo Gary, de onde se originou o nome “gari” para os trabalhadores de limpeza urbana, (MONTEIRO, 2001, p.1)

No Brasil o manejo dos resíduos sólidos é considerado como um dos princípios fundamentais norteadores dos serviços públicos de saneamento básico e vem ganhando cada vez mais força e importância junto à sociedade e ao poder público, principalmente através Lei 11.445/2007- Lei Federal de Saneamento Básico, art 2º, inciso III, e no art 3º, inciso I, alínea c) onde é qualificado como conjunto de serviços do saneamento básico:

“Art. 3º, inciso I, alínea c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.”(BRASIL, 2007)

Dentro deste inciso que estabelece os mecanismos aplicados na execução da lei, estão também preconizadas a importância da gestão compartilhada entre associações de entes federados, através de convênios e consórcios, subsídios econômicos para a universalização do acesso ao saneamento básico e, instrumentos que garantam a participação da população na formulação de políticas, planejamento e avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.

Nesta pesquisa a explanação sobre esses itens da Lei de Resíduos é de suma importância na contextualização do momento recente no país e principalmente do Estado do Rio de Janeiro. E como foi de extrema importância a aplicação dessas premissas desde os primeiros acordos realizados entre os governos federal, estadual e municipal, para aplicação das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída em 2010, cujas primeiras ações foram o fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, a instalação da Coleta Seletiva Solidária e financiamento diversos para o fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis que traremos mais adiante.

Juntamente à lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, servem de arcabouço legal para a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei 12.305/ 2010, à Lei 8.666/1993 - Normas para Licitação e Contratos da Administração Pública – Art. 24º onde torna passível de não licitação alguns serviços, entre eles:

“Inciso XXVII – “ na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.”(BRASIL, 2007)

As leis 11.107/2005 - Lei de Contratações de Consórcios Públicos e Lei 12.014/2009 - Política Nacional de Mudança Climática, salientam a importância da participação de todos os entes políticos e órgãos da administração pública que deverão observar os princípios da precaução e da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e das responsabilidades comuns que formaram os princípios norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como por exemplo:

“Art 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I- a prevenção e precaução;

II- o poluidor-pagador e o protetor-receptor;

III- a visão sistêmica, na gestão de resíduos sólidos, que considere as variáveis ambientais, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV- o desenvolvimento sustentável;

V- a eco eficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.” (BRASIL, 2010)

Estes princípios norteiam também objetivos como a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e bens de consumo, aprimoramento de energias com tecnologias limpas para minimizar os impactos ao ambiente, entre outros.

Estatuto das Cidades - artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, também constituíram-se de base legal para a elaboração da Lei 12.305/2010- Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, regulamentada pelo decreto 7.404/2010.

O decreto federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 e o decreto Estadual nº 40.645 de março de 2007, são considerados valiosos instrumentos na construção da PNRS por constituírem a base da coleta seletiva solidária ao instituírem a separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da administração pública nas esferas federais e estaduais consecutivamente, e a destinação deste material às organizações de catadores de matérias recicláveis que estiverem de acordo com os quesitos propostos pelo decreto, entre outras providências como a formação da comissão de coleta seletiva solidária para cada órgão e vigências e formas de contrato com as organizações.

A PNRS tem como objetivos: primeiro, a proteção à saúde pública e qualidade ambiental, como afirma Waldman (2010 p. 62), ao salientar que se tornou um fator complicado para os sistemas naturais e para o equilíbrio urbano e para a condição de vida principalmente de grupos excluídos, desprotegidos e ignorados das sociedades urbanas, uma vez que o descarte dos resíduos geralmente acontece nas áreas periféricas das cidades, como os lixões, aterros, incineradores, depósitos de sucatas.

O segundo objetivo da política está pautado na não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos e disposição adequada dos rejeitos, como observa Santos Oliveira; Mendes & Lapa (2009, p. 65) em uma perspectiva conceitual e idealista, assim como classifica o autor: “**O melhor resíduo é o que nunca chegou a ser formado**”. Uma vez que a redução do resíduo a zero é impossível de acontecer, ações de minimização, tanto na produção quanto no consumo ou através da reciclagem e

aproveitamento são as melhores formas de controlar o problema do resíduo no mundo.

Ainda de acordo com o autor e com a União Européia, o princípio fundamental da gestão do resíduo é o princípio da Redução. Para a gestão dos resíduos o autor se baseia em outros três princípios, que são o princípio da utilidade, o princípio da remanescência e/ou obsolescência e o princípio da reciclagem e/ou conversão, tornando todas as medidas a serem aplicadas predominantemente preventivas e atuando-se prioritariamente na fonte.

Na concepção de Santos Oliveira; Mendes & Lapa (2009), ecologia e economia possuem a mesma raiz etimológica, *eco*, que significa casa, se tornando necessário o conhecimento desses dois conceitos, que para ele, são dependentes uma data, e com medidas certas, podem ser geridas sem se tornarem antagônicas. O que os autores denominaram de **Ecologonomia**, onde em condições de desenvolvimento equilibrado dinâmico e, a longo prazo, desenvolvimento e ambiente podem estar em sinergia.

Esse conceito é muito bem colocado por Sachs (2009, p. 52) quando discorre sobre a Conferência de Estocolmo, no início da década de 1970, quando os dirigentes do mundo todo estavam ali presentes, passaram pela dualidade de princípios colocada pela situação ambiental. Por um lado *the cornucopians*) e por outro, os *doomsayers*. Os primeiros acreditavam que as preocupações com o ambiente eram descabidas e a prioridade deveria ser ao crescimento e só depois que a economia dos países estivesse estabelecida e garantida pensariam em formas de rever os danos causados. Por outro lado, os pessimistas acreditavam que atividade produtiva deveria ser reduzida ao máximo possível, na tentativa de sanar os danos ambientais. Claro que a ideia de crescimento zero foi logo suprimida. Surgindo dessas discussões o que o autor define como o *caminho do meio*, que trata de um crescimento endógena, sem conceitos extremos dos lados, auto suficiente, orientado para as necessidades locais, em harmonia com a natureza, e aberto às mudanças institucionais, surgindo daí o termo ***eco desenvolvimento* ou *desenvolvimento sustentável***.

Para Sachs (2009, p. 55), o fator de maior importância no desenvolvimento sustentável foi o crescimento das atividades econômicas voltadas para a eco eficiência e para a produtividade de recursos como a reciclagem, o aproveitamento dos resíduos, investimentos em produção de energia limpa, manutenção correta de equipamento e infraestrutura, visando um ciclo de vida maior para os produtos, por exemplo.

Dentro da lógica de pensamento reproduzida por Santos Oliveira; Mendes & Lapa (2009) e confirmada por Sachs (2009), aponta-se a realização dos demais objetivos da

PNRS, como o estímulo a padrões de produção e consumo sustentáveis, adoção e aprimoramento de tecnologias limpas, incentivo às indústrias de reciclagem com uso de matérias-primas e insumos oriundos de materiais recicláveis e reciclados, fortalecimentos das articulações entre poder público e setor empresarial dando suporte e capacidade técnica às cooperativas, como exemplo atual os Programa Cataforte, entre outros, que aplicados localmente pelos estados e municípios tem proporcionado grandes avanços na atividade de trabalho.

Entre outros objetivos estão, prioridade nas aquisições e contratações governamentais de produtos recicláveis e reciclados, e de bens, de serviços e obras ambientalmente sustentáveis, estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

Nota-se muito claramente que os objetivos da política estão em consonância ao que Santos Oliveira; Mendes & Lapa (2009, p. 66) chamam de *trinômio produção-laboração-consumo*, baseados nos princípios da minimização dos impactos ambientais, maximização dos benefícios sócio econômicos, e com a otimização da gestão dos recursos e da valorização dos desperdícios quando utilizadas nas atividades transformadoras, como a reciclagem.

Entre os principais instrumentos da PNRS estão, os planos de resíduos sólidos, os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos, coleta seletiva e aplicação dos sistemas de logística reversa, levando à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incentivo à criação e desenvolvimento das associações de catadores, com respectivo apoio técnico e financiamentos públicos e privados, pesquisa científica e educação ambiental, criação do Sistema Nacional de Informação sobre a gestão dos Resíduos Sólidos-Sinir, inclusão no Sistema Nacional de Informação em Saneamento Básico- Sinisa.

E o seu principal instrumento são os Planos de Resíduos Sólidos Nacional, Estadual e Municipal, previsto nos artigos 15º a 18º da Lei 12.305/2010.

1.3.1.1. Plano Nacional de Resíduos Sólidos

As diretrizes do plano foram elaboradas pelo Comitê Interministerial- CI é composto por 12 ministérios, sendo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente tendo a responsabilidade de elaborar e implantar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

Tem estreita relação com os Planos Nacionais de Mudança Climática- PNMC, Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, Plano Nacional de Saneamento básico- PLANSAB, e Plano de Produção e Consumo Sustentável- PPCS;

Tem vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 anos, com atualização a 04 anos, propõe os seguintes conteúdos a serem trabalhados.

- “•Contempla o conteúdo mínimo de um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
 - Proposição de cenários incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;
 - Metas de redução, reutilização, reciclagem entre outras;
 - Metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
 - Metas para a eliminação e recuperação de lixões, associados à inclusão social e à emancipação econômica dos catadores,
 - Programas, projetos e ações para atendimento das metas previstas,
 - Normas e condicionantes técnicos para o acesso a recursos da União;
 - Normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos, entre outros.”
- (PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2011,p. 13)

Uma das principais ferramentas do Plano se baseia nos estudos de regionalização do território, fomentados pelo MMA desde 2007, cuja a proposta 1 das Metas será de que 100% das UFs deverão concluir os estudos de regionalização em 2012, mas de acordo, com o Ministério do Meio Ambiente, apenas 560 municípios do país concluíram seus planos até a data de 03 de outubro de 2012, ou seja, cerca de 10% dos municípios. A regionalização e os consórcios intermunicipais consistem na identificação de arranjos territoriais entre municípios com o objetivo de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum. Isto é importante para viabilizar a implantação dos consórcios ou associações de municípios até 2013, considerando que a gestão associada dos serviços é um dos princípios fundamentais da PNRS . (MMA-ICLEI.2011 p,28)

O plano nacional se subdivide em planos Estaduais, municipais e planos de gerenciamento de resíduos sólidos de alguns setores específicos, estes deverão ser elaborados mediante processos de participação e mobilização social, com a realização de audiências e consultas públicas.

O que se espera com a introdução do plano é que toda a sociedade adquira novos hábitos e comportamentos em relação aos resíduos gerados, através do senso da responsabilidade compartilha e que essa nova rotina se reflita em todos os setores da sociedade, no comércio, indústrias e todos os serviços e instâncias do poder público.

Como coloca Santos Oliveira; Mendes & Lapa (2009, p. 66) ao expor o Conceito de Ecologonomia, junção de economia com ecologia, como uma condição necessária para um equilíbrio dinâmico:

As responsabilidades, a serem pedidas, quer na área do ambiente, quer nas áreas da economia, tem de ser endereçadas a todos os protagonistas: à agricultura, à indústria, ao comércio, aos serviços, à administração pública central e local, aos governantes (a todos os níveis) e, ao fim e ao cabo, ao agente e objeto de todos esses processos: ao homem, ao cidadão.

A única perspectiva viável para se conseguir responder, adequada e simultaneamente, a todas as exigências é a do exercício de uma responsabilidade compartilhada e assumida ou, se quisermos, da vivência de uma solidariedade efetiva, em todas as suas dimensões.

Para isso, o trabalho coletivo em grupos organizados, entidades representativas dos setores econômicos e sociais são importantes ferramentas. Para a obtenção de tal meta é necessário:

- A participação social é um importante instrumento de avaliação da eficácia da gestão e da melhoria das políticas e serviços públicos por parte da população, e traz transparência nos processos decisórios com foco no interesse coletivo.

- O poder público deve assumir papel orientador e provocador com a sociedade, criando estímulos para discutir as políticas públicas.

- Produzir um documento didático e atraente e promover sua ampla divulgação a partir dos seminários e conferências, criando livre debate e propondo soluções para construção de pactos como resultado da somatória de interesses e necessidades dos participantes.

- Construção de uma agenda de continuidade. Momento pós-conferência da implantação das diretrizes formuladas, debatidas e aprovadas no processo participativo.

Tais ações serão realizadas de acordo com as necessidades de cada município ou região e partir desse diagnósticos serão construídos os cenários futuros para a implantação dos planos.

As principais ações e metas devem respeitar as exigências da Lei 12.305/2010 e 11.445/2007, com atenção voltada a questão da sustentabilidade econômica e ambiental e com atenção no encerramento dos lixões visando a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, contemplando a recuperação e valorização máxima dos diversos materiais, incorporando soluções para redução da disposição dos rejeitos ricos em matéria orgânica nos

aterros reduzindo a geração de gases maléficos à atmosfera. Entre eles citamos:- Redução da Geração de Resíduos Sólidos Urbanos, Redução dos Resíduos Sólidos Urbanos Secos dispostos em aterros sanitários, Inclusão de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis através da Redução de 70% dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros sanitários, inclusão e fortalecimento da organização de 600.000 catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, Redução de Resíduos Sólidos Urbanos Úmidos dispostos em aterros sanitários, tratamento e Recuperação de Gases em aterros sanitários

Nota-se, portanto, que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos é o instrumento de aplicação mais importante da PNRS, pois contempla além da proteção ao meio ambiente, com o fechamento dos aterros a céu aberto e tratamento adequado dos resíduos em aterros sanitários, com aproveitamento de todo material possível, além de atuar no fortalecimento das cooperativas, com a aplicação da logística reversa e seus instrumentos de inserção dos produtores na cadeia produtiva.

1.3.1.2. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado do Rio de Janeiro- PERS

De acordo com o Art. 17 da Lei 12.305, os estados terão que elaborar seus planos para terem acesso aos recursos da União ou por ela contratados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados de resíduos sólidos.

Os territórios poderão se apresentar em consórcios, e os estados poderão elaborar PLANOS MICRORREGIONAIS DE GESTÃO, com a participação dos municípios envolvidos na sua elaboração e implementação.

No Estado do Rio de Janeiro o Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, foi apresentado oficialmente em 2013, através da publicação do documento **PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO DE JANEIRO RELATÓRIO SÍNTESE – 2013**, elaborado a partir do marco regulatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos, apresenta um conjunto de metas, orientações e instrumentos relacionados a aspectos institucionais, ambientais, sanitários, econômicos, financeiros, sociais e normativos. O documento traz ainda indicações concretas da posição de vanguarda que o estado ocupa em relação ao cumprimento das exigências legais estruturando-se desde 2010 para a implementação das políticas públicas voltadas a questão dos resíduos sólidos e servindo,

desde então de apoio e base para a aplicação dos planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos no estado.

O principal projeto em execução é o PACTO PELO SANEAMENTO, instituído pelo decreto estadual 42.930/11 que se subdivide em dois subprogramas: RIO + LIMPO voltado para ações de saneamento básico e o LIXÃO ZERO que visa a erradicação dos lixões e a implantação de aterros sanitários e Centrais de Tratamento e Destinação de Resíduos- (CTDR's), e remediação de todos os lixões até 2016.

O principal instrumento de aplicação deste programa é o PERS, que está sendo desenvolvido em convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Possui duas metas, a primeira relativa à elaboração da proposta de estudo de regionalização, para a formação de consórcios e arranjos regionais para aplicação dos programas de resíduos sólidos. A meta seguinte corresponde aos estudos em relação a tipologia de resíduos que serão o objeto de criação de sistemas de coleta, disposição e tratamento. É nessa etapa que se insere a coleta seletiva com inclusão social dos catadores.

Construído com base nos princípios doutrinários de universalidade, integralidade, igualdade, equidade, com os princípios organizacionais de regionalização e hierarquização, e finalmente com o princípio participativo de controle social, para um horizonte de 20 anos, de 2013 a 2033, com revisão a cada quatro anos, já produz resultados de aplicação como a redução do volume de lixo depositados incorretamente, diminuição dos lixões, aumento dos volumes de coleta seletiva para as cooperativas.

De acordo com dados obtidos nos levantamentos realizados pelo PERS, o Estado do Rio de Janeiro produz 6.109.419,6 toneladas de resíduos por ano, aproximadamente 17.000 t/dia, destes 61,56 mil t/ano vão para a coleta seletiva, mais de 3% deste total é reciclado, por ser caracterizado com a parte seca do resíduo que vai para coleta seletiva.

Em 2010, apenas 11% dos resíduos domiciliares gerados seguiam para aterros sanitários e 89% dos resíduos eram despejados em lixões. Ao final do primeiro trimestre de 2013, mais de 93% dos resíduos foram enviados para destinação ambientalmente correta, aterros sanitários ou as centrais de tratamento de resíduos.

Em 2010 apenas 30 municípios destinavam seus resíduos adequadamente. Em 2013 esses valores chegaram a 83 e a meta para 2014 é de 92 municípios destinando seus

resíduos adequadamente e conseqüentemente também aumentando os valores de coleta seletiva no estado.

O Estado do Rio de Janeiro tem atuado diretamente no contexto do gerenciamento dos resíduos através de outros programas como o Programa de Coleta Seletiva Solidária criado em 2009 pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), executado pela UERJ e Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), que tem como objetivo assessorar e instrumentalizar os municípios para a implantação da coleta seletiva solidária, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas municipais para a gestão de resíduos sólidos com inclusão sócio produtiva dos catadores e educação ambiental. É dividido em três fases: - Estruturação: onde os municípios e secretarias municipais definem e participam dos módulos de capacitação promovidos pelo INEA; a etapa seguinte é a chamada Fase-piloto, onde os municípios capacitam-se e geram recursos para a fase de envolvimento dos catadores, das escolas e dos órgãos públicos. A última etapa é a de expansão territorial e quantitativa do programa de coleta seletiva no municipal.

Até agosto de 2013, 65 municípios haviam sido atendidos, dos quais 20 já haviam implantado a coleta seletiva solidária em todo território municipal, Comercializando cerca de 670 toneladas de materiais recicláveis, através da implantação das cooperativas de catadores, e 7 municípios já possuem decreto municipal que institui a coleta seletiva nas repartições públicas, de acordo com a legislação.

Das 142 escolas participantes, 58 já implantaram a coleta seletiva em suas unidades. Foram integrados cerca de 400 catadores em associações e cooperativas, e 21 cooperativas municipais se integraram ao programa.

O interessante deste programa é a inclusão de catadores como educadores ambientais que participam ativamente do processo nos municípios. Como é o caso de uma de nossas entrevistadas, que como catadora e líder de cooperativas participa do programa desde o início.

Outro projeto lançado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é o projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias em parceria com Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tem como objetivo o cadastramento e análise do perfil sócio econômico e demográfico de catadores em 41 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. (INEA, PCRS, 2013)

Através deste projeto são oferecidos também apoio técnico intensivo as organizações de catadores, apoio à organização social e política com incentivo a concretização de eco negócios na cadeia da reciclagem, e formação profissional em economia solidária e gestão de empreendimentos de catadores. O projeto é estruturado, monitorado e avaliado por mais de 20 indicadores desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Pangea. (CRS. VOL 1, 2013.)

Ainda dentro do Programa Pacto pela Reciclagem estão incluídos os projetos Fábrica verde, Ecomoda, Programa de Reaproveitamento de Óleo Vegetal (PROVE), Entulho limpo na Baixada, todos visando o reaproveitamento de materiais descartados, passíveis de reaproveitamento.

2.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS –

2.1 Diário de Campo

No decorrer das atividades desenvolvidas neste mestrado, o objeto de estudo manteve-se constante: a mulher catadora. Mas os conceitos a serem trabalhados mudaram no decorrer da pesquisa. A princípio seria feito um levantamento de morbidade de catadoras no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, o que não se viabilizou por falta de recursos financeiros da prefeitura de Duque de Caxias para a realização dos exames. Depois pensou-se em avaliar as relações de trabalho e violência na atividade de catação, representações sociais e por fim as relações de gênero no trabalho.

Longo caminho foi de definir a metodologia utilizada, pois inúmeras pesquisas sobre esses conceitos foram publicados nos últimos anos. Certamente, muito aquém do potencial de pesquisa deste setor.

A observação da quantidade de mulheres que lideravam as cooperativas, as quais tinha contato me surpreendia e me instigava a cada vez que conhecia mais uma associação, e isso gerava um questionamento maior e mais intenso. Quero dizer, nos ensinar, pois todas elas possuíam tamanho conhecimento das atividades que realizavam, e resolvi as ouvir melhor e aprender mais um pouquinho.

Para melhor análise do material, que carinhosamente chamo de “bate-papo”, resolvi colocar na mochila a tiracolo, minha máquina fotográfica que tinha uma boa quantidade de horas para gravação em vídeo. Consegui com um amigo um bom tripé, e lá estava eu com algumas amigas do curso que avaliariam outros aspectos das mesmas cooperativas. Carregava alegria pelos trens, ônibus e de carro, uma mochila com mais de dez quilos de equipamentos para sobrevivência: duas trocas de baterias recarregáveis, um recarregador, máquina fotográfica, tripé, vários cabos e adaptadores diversos.

Apesar de conhecer as cooperativas, as entrevistas foram marcadas com antecedência em datas pontuais, mas nos dias 26 e 27 de agosto de 2013 estariam reunidos todos os catadores do Estado do Rio de Janeiro em Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente. E seria lá oportunidade de reunir um número maior de mulheres. O que de fato ocorreu, e confesso que foi o melhor momento, reuni-las em grupos de 2 ou 3 líderes de cooperativas engrandeceu imensamente nosso bate-papo, surgiram oportunidades de conversarmos sobre outros temas importantes a elas, além da questão de gênero.

Foi estipulada uma mostra de 7 a 10 líderes mulheres de cooperativas situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas numas das entrevistas coletivas realizadas na Pré-Conferência de Catadores em agosto de 2013, conheci a dirigente de uma cooperativa do Município de Rezende. Retirando, então, a restrição de regionalizar as entrevistas, ficando 9 entrevistadas, sendo duas entrevistas com representantes do Centro da Cidade, uma no município de Itaboraí, duas em Mesquita e três do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, agora divididas em cooperativas no Pólo de Reciclagem de Gramacho. As dirigentes serão apresentadas em ordem cronológica das entrevistas e outras temas relacionados ao objeto de estudo serão abordados.

Como as entrevistadas assumem cargos de presidência e vice presidente das cooperativas, optamos em nomeá-las com dirigentes, apesar de, independente dos cargos por elas assumidos a palavra “liderança” aparece fortemente. Entre as dirigentes entrevistadas seis são consideradas “catadoras históricas”; outras seis vieram de outras profissões como empregadas domésticas, atendentes de comércio e outras atividades informais. Muitas possuem experiências com a atividade de catação em rua ou lixões desde criança. Tendo de 34 anos a 59 anos, quatro com ensino médio incompleto, quatro com ensino fundamental, uma universitária, em sua grande maioria são mulheres negras ou morenas claras. Em relação ao número de filhos, duas tem 3 filhos, outras duas tem 10 filhos, três tem 1 filho e uma tem 3 filhos. Em relação ao estado civil, três se declaram casadas, três são separadas, uma é viúva e

duas se declaram solteiras ou sem parceiro fixo no momento. Características muito comuns encontradas entre as mulheres catadoras, como já situamos anteriormente.

Após a realização das entrevistas continuamos mantendo contato, principalmente com as dirigentes das Cooperativas de Jd. Gramacho que estavam empenhadas na inauguração do Pólo de Reciclagem de Gramacho. Passaram por dificuldades para licenciar o empreendimento e se associaram, muitas vezes, em passeatas até a prefeitura de Duque de Caxias pedindo a liberação da licença ambiental do polo que ficaria em torno de 120 mil reais, por fim, foram isentadas do pagamento de tal taxa, sendo inaugurado em dezembro de 2013.

A Conferência Nacional de Meio Ambiente, que neste ano, o tema discutido foi resíduos sólidos, contou com a participação das estudadas, e Claudete Costa, como Representante no MNCR no Estado do Rio de Janeiro participou na mesa de convidados palestrantes.

Todas as entrevistas foram filmadas e catalogadas para análise. Assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Declaração de uso de Imagem. (Ver Apêndice A e B)

Como as conversas foram muito além do tema delimitado para este trabalho, foi necessário fazer um recorte fechado do objeto de estudo; as demais imagens ficarão guardadas e catalogadas em arquivo pessoal.

De forma geral serão mantidos os diálogos pertinentes ao conhecimento de cada entrevistada. Algumas falas foram editadas para possibilitar melhor compreensão dos leitores.

A seguir situo brevemente cada cooperativa abordada e suas respectivas dirigentes. Não serão abordadas nesta pesquisa, situações específicas como tipos de material reciclado, quantidades, equipamentos, aspectos de saúde ou sanitários, pois estes itens fazem parte dos trabalhos das colegas da mesma linha de pesquisa do programa de pós graduação.

Das nove entrevistas realizadas, três foram realizadas na própria cooperativa com datas marcadas previamente, e onde já havia contatos anteriores, ou os laços se estreitaram depois, como no caso da cooperativa RECOOPERAR no município de Itaboraí e COOPCARMO no município de Mesquita que continuamos frequentando.

As outras entrevistadas estavam com as cooperativas sem funcionamento,

algumas esperando a inauguração do Galpão, como no caso o Galpão de Gramacho em Duque de Caxias e duas dirigentes trabalham em situação de rua; duas cooperativas do centro da cidade, que aguardam o término da construção do galpão.

Falarei sobre cada uma delas individualmente, apesar de algumas entrevistas terem sido feitas em conjunto, e se cruzarem na análise; apontarei os aspectos considerados mais importantes para a pesquisa, discutidos por cada uma delas.

Ponto que a análise das trajetórias dessas lideranças seja de extrema importância, pois oferece conteúdo para a discussão e análise do objeto em estudo.

2.1.1 Dona Hada Rúbia e Marilza: as recicladoras de vidas.

Meu primeiro contato com a Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita (COOPECARMO) no município de Mesquita – RJ foi em 2012 quando começamos a visitar a cooperativa para a elaboração de um plano de gerenciamento e desenvolvimento de equipamentos ergonômicos. Dona Hada Rúbia, fundadora da cooperativa, tem uma posição muito receptiva a novos estudos em seu ambiente de trabalho e, muitas outras visitas e pesquisas são realizadas lá. (Sobre a cooperativa ver Apêndices E, Fotos 1,2,3 e 4)

A COOPCARMO surgiu em 1992 quando o padre da igreja local, ao voltar da uma viagem a Santa Maria (RS), decidiu aplicar na comunidade trabalho semelhante visto naquela cidade e convidou Dona Hada a liderar o grupo de mulheres que, no princípio das atividades, catavam nas ruas e depois nos lixões da redondeza. Segundo ela, que “era uma simples dona de casa”, o desafio foi imenso, sofreram muitos preconceitos por parte de toda a sociedade e principalmente dos mais humildes; apesar de ser um trabalho voltado para mulheres de baixa renda, com baixa escolaridade, negras, como muitos filhos.

Mas acreditava que o objetivo principal era o resgate da cidadania daquelas mulheres; o que resultou em ações como a retirada de documentos das catadoras, como registro de identidade e cadastro de pessoa física.

Dona Hada explica que teve muito incentivo do padre para coordenar o trabalho, mas sempre teve interesse em catar também, sair às ruas juntos com as outras

mulheres.

A primeira ideia de reciclagem de pessoas veio de um vídeo publicado na internet, cuja transcrição de uma parte da fala da Dona Hada é a seguinte:

“A minha grande esperança pra COOPCARMO é, de fato, restituir a vida daquelas mulheres que trabalham ali, dar melhores condições de vida. A filosofia central do trabalho é essas, eu acredito nisso.

Por que na vida não é só reciclar o lixo, é reciclar totalmente o comportamento, as ideias. Isso também é reciclar! É mudar um pouco do pensar dele para essa questão que tem que olhar o ser humano com outro olhar.” (Documentário D'Autre Terre, 2009)

Quando comento com Dona Hada sobre esse trecho exibido no vídeo da internet, ela reforça a intenção de transformação da vida das pessoas e das mulheres, pois muitas chegavam na cooperativa deprimidas, passando dificuldades, e até vitimadas pela violência doméstica. Conforme elas vão ganhando seu próprio “dinheirinho” a auto estima melhora, elas passam a se ver como pessoas pertencentes a um grupo acolhedor e transformador.

Conta a estória da catadora que não tinha documentos de identidade, CPF e título de eleitor. Para fazer parte da cooperativa foi estimulada a tirar os documentos. D. Hada nos conta com alegria o momento que a colega chega com o comprovante da primeira votação eleitoral que ela fez. Segundo ela essa transformação é muito valiosa.

“Os vinte anos de caminhada que eu tenho com o trabalho com o lixo foi isso né! Foi as pessoas reconhecerem o trabalho que eu faço, a credibilidade. E eu também passo essa credibilidade né? As pessoas acreditam muito no trabalho que eu faço.”

Em relação às atividades de trabalho, a opinião de Dona Hada e Marilza não difere muito das demais dirigentes. Há, em relação a divisão do trabalho, uma posição naturalizada da realização das atividades, reproduzindo o senso comum, mas que ao mesmo tempo reproduz uma ambiguidade no sentido de “fazemos sozinhas, mas se tivesse um homem, certamente ele poderia fazer atividades mais pesadas”. Tais posições foram encontradas em pesquisas como a de Silveira, (2011) ao analisar as relações de gênero e divisão sexual do trabalho em cooperativas de materiais recicláveis em São Paulo.

Quando pergunto se a atividade de segregação do material é feminina, principalmente por causa da questão do tato, Dona Hada responde:

“No trabalho da gente tem uma parte que é mais direcionado pras mulheres, e tem a parte que é dos homens, mas essa questão da separação do material: a mulher tem

mais habilidade para fazer isso do que o homen né? O homem parece que é um pouco impaciente [...] na questão de carregar saco e peso, isso tem que ser de homem mesmo.”

Marilza completa afirmando que: “A mulher aqui faz tudo, sai no caminhão, coloca o lixão no caminhão[...] o pessoal na rua fica admirado de ver as mulheres daqui da COOPCARMO”. Mas acredita que se houvesse homens trabalhando na cooperativa o trabalho não seria dividido, seria tudo do mesmo jeito. (Ver apêndice F)

Para Martins (2006), a divisão de trabalho em relação ao gênero dentro de cooperativas se mantém sob a alegação do que ela aponta como “habilidades específicas” determinada pelo sexo do catador. Fato que tem se alterado, justamente devido a necessidade das mulheres terem que executar as tarefas, ditas masculinas.

A COOPCARMO recebeu apoio financeiro de uma ONG belga, a D'Autre Terre, que produziu o vídeo, por conta desse projeto Dona Hada recebeu vários prêmios nacionais e internacionais de empreendedorismo e economia solidária.

Pergunto como ela se sente em relação a isso e se os homens aos quais disputam os mesmos prêmios a viam com alguma diferença. Ela afirma:

Eu nunca senti essa questão do homem criticar o trabalho da mulher. Isso não! Mas quando a gente ganha um prêmio, mexe com a autoestima. Você se sente mais valorizada, poxa! Um trabalho tão difícil, tão desvalorizado! Te anima mais, tem alguém valorizando o que faz...

Esse sentimento de merecimento e valorização é apontado muitas vezes por outras dirigentes. O sentido de pertencer a um grupo e ter seu trabalho reconhecido, de certa forma, as tira da invisibilidade, que muitas vezes o trabalho é visto. Para Cunha (2012), esse reconhecimento só é alcançado por mulheres que trabalham espaços como as cooperativas, no sentido que o trabalho associativo é mais reconhecido do que o trabalho dos catadores livres.

A atual presidente da COOPCARMO é a Marilza, dona de casa, esposa de um ex-catador. Começou suas atividades na cooperativa quando havia distribuição de sopa na cooperativa no fim do dia, estava em situação financeira difícil e aceitou, em troca da sopa, as mulheres colaboravam com a lavagem dos pratos e panelas. Dalí passou a ajudar nas atividades da cooperativa, e na última eleição foi eleita presidente da Cooperativa, já recebendo prêmios internacionais.

Vale lembrar que esta cooperativa recebe apoio da Prefeitura através do Programa de Coleta Seletiva, da Petrobrás, do Sebrae, além da ONG belga, (D'Autre Terre), que colaborou financeiramente com os equipamentos e desenvolvimento gerencial da

cooperativa. Sendo no momento um celeiro de trabalhos de pesquisa acadêmicos, estando em parcerias com diversas universidades do Estado do Rio de Janeiro. O que transparece a posição empreendedora de suas dirigentes. Para ela, a possibilidade de representar a cooperativa perante outras pessoas é uma possibilidade que lhe traz orgulho pelo trabalho e principalmente orgulho dela mesma, pela própria trajetória dela na cooperativa. Com ela nos conta: antes só podia oferecer ovo pro meu filho, hoje posso dar carne! (risos)

2.1.2 Dona Maria Helena - de uniforme e botina: um zagueirão das 08 às 17 horas.

A próxima cooperativa que tive acesso foi a RECOOPERAR - Cooperativa de Materiais Recicláveis de Itaboraí – dirigente: Dona Maria Helena. Os caminhos que me levaram a encontrar Dona Maria Helena foram um pouco diferentes dos demais. Conheci todas as outras dirigentes em eventos da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA e eventos sobre resíduos.

Numa conversa informal com um amigo que trabalha na Petrobrás fiquei sabendo de um projeto desta empresa de apoio à cooperativas de catadores em Itaboraí e São Gonçalo e Niterói, e que uma das presidentes era mulher.

A cooperativa COOPERAR foi fundada em setembro de 2008. Nascida de um projeto realizado pela ONG Guardiões do Mar, com o apoio da Petrobrás. A princípio seriam instaladas cooperativas em Niterói, Itaboraí e São Gonçalo sob a orientação de uma única gerente. Com o decorrer das atividades, cada cooperativa passou a ter uma gerência formada e independente da outra, tutelados pela ONG gestora, que administra o projeto das três cooperativas.

Dona Maria Helena pontua que quando entrou no projeto passou por um curso de capacitação, pois, não era catadora histórica³; vinha de outras profissões, mas que, hoje se considera uma catadora com muito orgulho. Nesta cooperativa também só estão trabalhando mulheres no momento, e contam apenas o auxílio do motorista do caminhão. (Ver Apêndice

³ De acordo com informações dos catadores, o catador histórico é aquele começou suas atividades de catação de resíduos em lixões a céu aberto, ruas, e outras localizações; além dos que começaram a catar ainda crianças.

L, Foto 1)

Quando chegamos a primeira vez na cooperativa era hora de almoço, haviam algumas mulheres sentadas numa roda triando papel, eram aparas de papel já picotado que elas delicadamente separavam por tipo de papel. Conversavam alegremente e nos receberam muito amistosamente. Neste dia, estávamos eu e Izabela, colega do mestrado que faria a análise ambiental da cooperativa. (Ver Apêndice L, Foto 4)

Como Dona Maria Helena havia saído para o almoço nos indicaram um restaurante ali pertinho, almoçamos e voltamos a tempo de dar um passeio pela cooperativa. Assim como na Cooperativa de Mesquita, tudo limpo, banheiros, cozinha, os abrigos de cada tipo de material separados, os fardos todos fechadinhos, e algum resíduo amontoado num cantinho pra triar. Logo o caminhão chegou e pudemos acompanhar a descarga do material. (Ver Apêndice L, fotos 2 e 3)

Quando Dona Maria Helena chegou me lembro que a primeira pergunta que fiz foi: só tem mulher aqui? Então, ela me explicou que:

“Desde que a cooperativa foi fundada as mulheres sempre mostraram mais interesse, mesmo porque, aqui é um lugar que tem muita construção de obra. Havia alguns homens que se inscreveram, mas quando viram qual era o trabalho; que era um trabalho mais pesado, um trabalho braçal, eles correram da área. Daí as mulheres encararam esse desafio.”

Pergunto se tivesse homens trabalhando o serviço ia ser separado? Sorrindo ela me fala que:

“Tivemos quatro homens trabalhando aqui e não tinha nada diferenciado. Tanto as mulheres tanto quanto eles, até porque eles diziam que se todos ganhavam iguais, todos tinham que fazer a mesma coisa. A gente enfarda, a gente vira fardo, a gente carrega caminhão. Não tinha nenhuma diferença das mulheres para os homens.”

É justamente sobre essa capacidade “multi-taferas” que as mulheres adquiriram no trabalho em cooperativas que Silveira (2011) nos aponta sobre a hipótese de dar um novo significado ou de potencializar dessas capacidades, no sentido de sustentabilidade dessas trabalhadoras, e da própria vida humana. Para isso é necessário que se desconstrua a representação de “naturalização” das tarefas e do reconhecimento da qualificação múltipla para o trabalho.

Postura já existente no meio dos trabalhos, quando a dirigente afirma na fala acima que os homens já tem consciência de que se o ganho é igual, o trabalho também deve ser. Essa assimilação do tipo de atividade executada é explorado por todas as dirigentes entrevistadas da mesma forma. Muito mais que naturalizado, já rotina de atividade.

Quando pergunto se as mulheres são mais organizadas, são mais sensíveis para trabalhar o material e a organização do espaço, Dona Maria Helena faz uma comparação do espaço de trabalho com o lar.

“Tem, porque tem sempre uma ou outra preocupada com essa parte. Eu falo pra elas que tudo é importante na minha casa, eu tenho que manter minha casa limpa o tempo todo, porque não sei que horas vou receber uma visita, [...] aqui é minha segunda casa, eu tenho que fazer do meu ambiente de trabalho a minha casa: um lugar confortável. Mesmo trabalhando com material reciclável.”

Aproveitando o gancho de ligação entre lar e o trabalho, pergunto como são as relações dela com a casa, o marido e a filha. Me conta que a casa “tende a estar” sempre arrumada, o marido e a filha auxiliam nas tarefas de casa, pois compreendem a atividade de trabalho que ela realiza.

Essa mesma posição foi esplanada por outras dirigentes. A maioria das que são casadas, recebem ajuda doméstica, seja dos maridos e filhos, ou somente dos filhos. O que nos remete às estatísticas que afirmam que apesar das mulheres continuarem dispensando boa quantidade de horas com os afazeres domésticos, a colaboração dos familiares aumentou consideravelmente.

Apesar do objeto de trabalho ser as relações de gênero, a pesquisa exploratória, nos dá uma liberdade de ir confluindo o objeto com outros conceitos, relacionados às relações interpessoais como, por exemplo, preconceito, valorização do trabalho.

Dona Maria Helena me conta que travou, durante alguns anos, uma relação conflituosa com os dirigentes das outras cooperativas do projeto ao qual está inserida. Talvez conflitos resultantes das diferenças entre as lideranças, mas que provocaram nela certo “desânimo” que melhorou quando as cooperativas se separaram, mas que esse sentimento ainda aparece nas relações com as cooperadas.

“Foi muito difícil, apanhei muito. A gente sofre até preconceito das próprias cooperadas, porque a gente tem que mostrar que é diferente de alguma forma. De alguma maneira tenho que ser diferente delas. É um esclarecimento maior, eu tenho que me envolver mais, me instruir mais. Me interessar mais por coisas construtivas. Tive que me fortalecer. Aqui é matar um leão por dia.[...] isso dá um desgaste muito grande.

Alguém tem que dar direção, buscar coisas novas lá fora pra gente....”

Esse sentimento das dirigentes em “dar o melhor” de si, apesar de saberem que são iguais a todos os cooperados, é fala contínua em todos os discursos. A busca por mais conhecimento, para a melhoria das condições de trabalho é evidente em todas elas. Mais uma vez, o senso de comunidade, de agrupamento aparece como o fator primordial para continuarem seu trabalho na liderança. Cabem nessa fala os apontamentos de LISBOA

(2007); e OLIVEIRA (2012).

Em relação à percepção ao lixo. Ela nos relata que sofreu preconceito até dos amigos, que a consideravam “suja” por causa do trabalho, mas que com o tempo as pessoas foram vendo é que um trabalho como qualquer outro capaz de gerar renda.

“Eu sofri muito! Eu agredia muito as pessoas quando eles falavam isso pra mim. Muitos amigos até do meu marido falavam: Você vai permitir que sua mulher trabalhe com lixo? Eles entendem que isso aqui é um lixão, mas no fundo, sabem que não é. Não sabem o valor desse trabalho! Sabe que gera renda, porque ninguém trabalha com lixo de graça. [...] a gente começou a fazer um trabalho com a comunidade de educação. Mas é um trabalho de formiguinha.”

Cunha (2012) constatou em sua pesquisa que há uma diferenciação de julgamento entre a mulher catadora de rua e a mulher catadora das cooperativas. As que estão em situação de rua, são consideradas pela sociedade como “sujas e marginalizadas”, porém, a mulher cooperada é apontada como “catadora limpa, livre de vícios e séria”. Segundo a autora, esta percepção está relacionada ao sentido de que lugar de mulher não é na rua, mas sim em casa.

Contemplando o aspecto “sujo” do lixo pergunto a ela como fica a relação delas com o corpo, a higiene pessoal, e a autoimagem, e a resposta é direta:

“Eu falo que de oito as cinco (da tarde) eu sou macho! Eu uso bota. Meu marido fala que eu fico horrorosa com essa roupa: você é um **zagueirão!!!** De 5 horas para lá, sou bem feminina, gosto muito de me cuidar, minha autoestima só melhora a cada dia, e cada vez que consigo ultrapassar metas é uma vitória.”

O termo *zagueirão* conota bem o aspecto masculinizado da profissão. O que nos faz colocar em questão, a ambiguidade da atividade, de como mãos tão delicadas e finas para a triagem, aguentam o peso das botas e fardos, sem perder a feminilidade. O que só comprova o que Simone de Beauvoir (1980) quis dizer ao afirmar que cada um traz dentro de si aquilo que realmente é. Não é só por que as mulheres usam botas e calças comprimidas que deixam de ser o que realmente sua natureza é.

2.1.3 Elisabete: De catadora a educadora.

As três entrevistas a seguir foram feitas juntas na Pré-Conferência dos Catadores, para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, em agosto de 2013. Muitos

diálogos se cruzam no decorrer da entrevista, mas serão separados por entrevistada.

A primeira entrevistada foi a catadora histórica Elisabete, presidente da Cooperativa Anastácia que atua no Centro do Rio de Janeiro e está sem galpão para proteção dos resíduos, pois estão aguardando a inauguração de um novo polo de reciclagem no mesmo modelo do Polo de Reciclagem de Gramacho. Então os cooperados recolhem o material na rua, segregam e revendem no mesmo dia, uma vez que não possuem local para armazenamento. A estória de vida de Elisabete se entrelaça com a própria estória da atividade de catação nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sendo filha de catadora, cresceu e foi criada na atividade de catação.

“Quando minha mãe se separou do meu pai, veio morar aqui no centro do Rio. Com isso, minha mãe começou a trabalhar com uns catadores que viu ali (na rua). Minha mãe começou a morar na rua quando ela estava se separando do meu pai, daí não tinha como a gente comer e viver. Teve uma moça que falou assim: fica com a gente catando aqui na Uruguaiana (Rua Uruguaiana). Eu tinha uns 4 ou 5 anos quando fui morar na rua, e o meio de minha mãe sustentar eu e meus dois irmãos foi catando... E a gente ficou ali (na Uruguaiana) dia e noite. E a noite vinha o pessoal do ferro velho que comprava o material da gente. Ali na madrugada. Alguns anos depois foram para um terreno onde começaram a triar. “

As trajetórias de vida e trabalho de Elisabete e a Claudete da Costa, outra dirigente, a qual abordaremos mais adiante, se cruzam no tempo e no espaço. As duas cresceram catando e morando nas ruas centrais da cidade do Rio de Janeiro da década de 80 e 90. Tiveram vivências muito parecidas, principalmente em momentos de transformação do centro da cidade. Possuem em comum o aspecto de seguirem o caminho por suas mães ensinado, e suas vidas se separam quando fundaram cooperativas diferentes, seguindo caminhos diferentes.

O aspecto comum encontrado no egresso delas à atividade de catação como de outras líderes é a necessidade de alimentar e dar abrigo aos filhos. Traço marcante de legado do sexo feminino no dever de cuidar da prole, e que mais uma vez, justifica o trabalho na catação como trabalho sem hora definida, maleável, e que gera rendimentos suficientes para o sustento imediato das famílias, “catou, trocou e recebeu”.

Hoje ela cursa a faculdade de Assistência Social e é agente educadora do Programa Coleta Seletiva Solidária do INEA, que explicamos anteriormente.

Para ela, “trabalhar para o Estado é uma responsabilidade e um compromisso. É uma prova de todo dia estar envolvido com várias pessoas que são concursadas, e tem grau de escolaridade; e a gente sendo catador no meio de tanto biólogo, tanta gente formada! Mas só de pensar que estou levando esse conhecimento lá pra dentro, tendo um catador ali dentro e eles sabendo como é que é a vida do catador. Por que catador é discriminado é bandido, é isso, é aquilo! Mas catador tem uma vida

normal como qualquer pessoa tem, eles tem família, eles tem filhos, eles saem, se divertem como qualquer outra pessoa”.

Minha percepção como pesquisadora é que Elizabete sente o quanto é importante a vivência que ela teve, e tem na rua e o quanto isto é valioso no desenvolvimento do seu trabalho junto INEA: a questão da transferência de conhecimento e da luta de reconhecimento da profissão e da cidadania do catador.

Para uma mulher que cresceu catando na rua, divisão sexual de trabalho em cooperativa é o fator menos importante. Como afirma.

“Eu acho que na cooperativa não tem essa diferença. Precisa de um homem, claro,! Mas tendo homem ou não, não vai fazer diferença, porque a gente, dentro da cooperativa, não é classificada se é mulher ou homem, nem que tem que fazer uma parte ou tem que fazer a outra. Se a mulher tem que fazer um fardo, ela vai fazer o fardo; se tem que carregar o caminhão, carrega o caminhão. Não importa que sejam só mulheres, junta-se três, quatro, cinco e enrola aquele fardo, levanta a “bag” (grandes sacolas que colocam o material triado) e enche o caminhão.”

À respeito da liderança, Elisabete nos conta que teve muitas dificuldades no começo, mas que com esforço conseguiu chegar a um reconhecimento.

“No começo eu não sabia o que era ser uma liderança. Foi acontecendo por causa da necessidade. Porque a gente não tinha espaço pra trabalhar, local pra armazenar o material. Todo lugar que a gente guardava o material surgia um prédio, uma construção nova, isso foi nos impedido. A gente nem sabia o que era ser uma organização. Não sabia o que era um estatuto e que tinha que se organizar pra fazer parte da Comlurb.

Comecei fazendo uns cursos, me capacitando....Aí me destacaram como liderança. [...] no começo os homens (catadores) falavam: ela não sabe, não entende...Mas eu fui, busquei e mostrei que fazia a diferença para eu me impor. Levei muito não também porque não era capaz de fazer, ou porque eu não entendia, mas fui atrás e to indo até hoje buscando mostrar a diferença.”

Oliveira (2006) aponta que, conforme as catadoras vão adquirindo mais poder, no sentido de conhecimento adquirido e liderança, elas aumentam o seu poder de barganha, ou seja, se torna mais fácil se inserir em outros meios sociais e obter outras coisas. No caso da Elisabete, ela se inseriu em outras atividades de trabalho e está cursando a faculdade, e, em troca do que ela ganha, ela desenvolve em conhecimento para sociedade em geral.

2.1.4 Docinho: “Mulher na rampa pra mim é homem!”

A próxima dirigente a se apresentar foi Roberta Alves, conhecida como

Docinho. Começou sua atividade em 1999, quando perdeu o emprego de operadora de caixa de supermercado, tendo três filhos para criar. Iniciou-se no aterro através de um irmão que catava lá e ganhava, naquela época, quantia de dinheiro bastante razoável. Algumas semanas depois deste encontro com o irmão ela se propôs a ir trabalhar na “rampa” do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho como eles chamam o lugar de despejo dos resíduos que vem dos caminhões. Muito a contragosto do irmão ela foi.

“Como ela conta, “fiquei espantada! Um monte de amigos trabalhando lá! Apesar da vontade de vomitar por causa do cheiro, fiquei firme e fui. Comecei catando alumínio. E nisso fiquei até o fechamento em 2012. A Minha ida foi numa questão de dificuldade. Mas eu fui, fiquei e amei. De lá pra cá, tem 15 anos que sobrevivo. Tem a idade do meu filho. Amo o que eu faço, gosto muito!... por que tudo na vida tem um propósito. Talvez se hoje não tivesse lá, não estaria ajudando meus companheiros mais velhos na questão deles organizarem, acreditarem... ter esperança.”

A cooperativa onde Docinho é presidente está inserida no Polo de Reciclagem de Gramacho é a única que recicla entulho de construção civil. Participou ativamente junto com outras lideranças no processo de fechamento do lixão de Jd. Gramacho e principalmente na formação do Polo de Reciclagem de Gramacho, hoje com quatro cooperativas atuando.

Quando ela começou a catar na rampa, dentro do lixão, foi em companhia do irmão e de alguns amigos, e a frase que nos expressa é muito representativa na posição que a catadora tem hoje em relação a atividade que vai exercer: “No lixão eles deixavam isso bem claro pra gente: **Mulher na rampa é homem[...] mulher dentro de aterro, independente de qualquer classe, de cooperativas e associações ela se torna um homem, [...] Costumo dizer mulher catadora é mulher macho!**”

Verifica-se que nesse momento de inserção, a mulher já entra incorporando uma concepção masculinizada de que tem que gerar qualidades masculinas, como força, robustez, mas também uma característica bem natural de homem, de força interna, superar os riscos, os perigos. Elas sabem que os homens, no caso, da Docinho, o irmão e os amigos, não iam aguentar “frescurinhas” de mulher.

Em relação ao momento que teve que assumir a liderança da cooperativa, fala com orgulho do desafio de superar o preconceito das pessoas.

“Alguns me massacraram...chegaram a dizer pra mim que eu não era liderança. Falei: tudo bem, não importa isso mesmo... (silêncio e fisionomia de desprezo). Eles me massacraram... essa gorda! Essa isso!, Essa aquilo! Mas quando você consegue se impor e mostrar pra eles que não há diferença entre ser homem e ser mulher num trabalho em conjunto. Aí você vence essa barreira.”

Hoje como dirigente da cooperativa fala com alegria da relação que tem com

os cooperados, entoa até um sentido meio sarcástico à forma como os homens se reportam a ela: “- A D. Docinho mandou..., daí eles saem correndo pra fazer... (risos).” então eu pergunto a ela: Essa sensação de poder é bom né?

Docinho mais que depressa estufa o peito e diz: “é... *você poder comandar homem é uma delícia!!!!*” Risos...

Docinho ainda nos conta que na cooperativa os homens a respeitam, fazem as coisas que ela manda. Nos diz que é uma líder com capacidade de delegação, e com um jeito sempre alegre de fazer as coisas. “Até pra dar bronca quando precisa.” (risos)

2.1.5 Recicla Resende, Dona Edna e seus 10 filhos.

Nesta mesma entrevista tive o prazer de conhecer Dona Edna, presidente da cooperativa Recicla Resende, situada na Região do Médio Paraíba, a única cooperativa da amostra estudada que não pertence à região metropolitana do Rio de Janeiro. Dona Edna explica que iniciou suas atividades na catação após a morte do marido, deixando-a com 10 filhos para criar, assumindo o lugar do marido, que era catador no aterro da cidade. Trabalhava durante o dia como empregada doméstica e a noite assumia o lugar do marido no aterro, deixando os filhos pequenos por conta dos maiores. Com o tempo percebeu que o aterro dava mais retorno financeiro, e nesta época os três filhos maiores já trabalhavam lá também. Quando o aterro foi fechado pela primeira vez foi encaminhada para a cooperativa, mas não gostava muito porque quem tomava conta da cooperativa era a Prefeitura e o retorno financeiro era pouco. Com o tempo os catadores se organizaram e a elegeram presidente, e está agora no segundo mandato.

“é um orgulho trabalhar na associação. Ser catador. Quando a gente ia lá pra cidade em Resende para fazer a coleta, até pessoas da minha própria igreja, eles passavam, viravam o nariz, mudavam de calçada. A gente era muito rejeitado, não só por essas pessoas, por todas as pessoas. Achava que a gente era ladrão, era mendigo. Hoje em dia, lá na minha associação, as pessoas que moram em Resende levam diretamente no ponto de coleta ou ligam pra nossa associação.”

Dona Edna aponta ainda que acredita que há uma conscientização maior da sociedade em relação ao resíduo. Se o caminhão deixa de passar por algum motivo, os moradores guardam o material para a próxima busca ou levam diretamente para a cooperativa.

Fala com entusiasmo da filha de 18 anos, que trabalha com ela na cooperativa e

paga a faculdade com o trabalho de catador. Demonstra o orgulho da atividade e do bem que trouxe para toda sua família. E, para ela, o mais interessante é o desejo dos outros filhos de se manterem na atividade e assumirem-na como um trabalho importante e honesto como qualquer outro.

Dona Edna falou pouco, mas trouxe uma posição interessante em relação à autonomia do trabalho e empoderamento.

“Quando meu esposo era vivo, tudo que precisava pra mim na minha casa, ele perguntava pra que é que eu queria o dinheiro. Aí era contado, agora não. Eu tenho a casa do meu sonho [...] é bom a gente ser independente do homem. Você ter seu dinheiro, comprar aquilo que você quer.

Trabalhando na cooperativa criou os 10 filhos, dos quais três também trabalham cooperados. Confessa que daquele trabalho tirou seu sustento e realizou seus sonhos. Para ela, está tudo certo, tudo no lugar certo. “é um trabalho como qualquer outro”.

2.1.6 Alexandra :“Lugar de mulher é em todos os lugares que ela achar que é capaz de fazer”

Dona Alexandra “está” (como ela se diz) presidente da Cooper Jardim. Cata há 18 anos, por falta de emprego formal. Começou a catar na rampa do Aterro Metropolitano de Jd. Gramacho junto com os homens. Aprendeu com outros catadores homens como era o trabalho. Quando questionada sobre sua entrada rápida como liderança dentro da cooperativa, se coloca como sendo uma mulher muito falante e julga que a mulher tenha um talento nato para liderança. Coloca um fato importante na sua trajetória como líder:

“Não acreditava em organização até 2006, porque eu sempre catei muito bem. Ganhava muito dinheiro. Em 2007 comecei a ser estimulada pelo Anderson, ele sempre dizia que eu podia. Pô, tu é boa! Vamos nos organizar, porque não tem como a gente trabalhar dentro de uma aterro sem ter uma organização, sem ter um mínimo de estrutura. A gente não paga INPS (INSS). Eu tenho 10 filhos, então como a gente ia fazer?”

Nos conta que a luta foi grande para se organizarem e arrumar um espaço físico. Anderson, que é um catador muito respeitado, trabalha no Projeto Coleta Seletiva Sólidária, assim como a Elizabete da Cooperativa Anastácia.

Com a Saída de Anderson, a Presidência da Coop Jardim foi assumida por Alexandra. Hoje a Alexandra é uma das figuras mais representativas dos catadores no Estado. Recebeu prêmios internacionais e ministra palestras em todo o país. Foi certamente, uma das

lideranças mais fortes na formação do Polo de Reciclagem de Gramacho.

Alexandra explica que com a inauguração do Polo de Reciclagem haverão 4 cooperativas trabalhando lá dentro, das 24 lideranças, 22 são mulheres, que vão ficar trabalhando na prensa, na empilhadeira, nos elevadores e em todas as demais funções.

Quando pergunto a ela como se deu sua liderança, nos explica:

“A Valéria (Valéria Pereira Bastos), nossa assistente social, fala que o líder não se faz, já se nasce líder, ele até se lapida. [...] Nós mulheres já temos instinto de liderança. Porque mesmo que não seja na área de reciclagem onde eu trabalho, é na tua casa, na tua família, com teu filho. A mulher já tem em si um instinto de liderança. Eu sempre fui assim... muito de falar...(risos)
A minha liderança, ela se dá, eu posso dizer isso, como as pessoas que me conhecem. Eu ouço muito e eu gosto muito de trabalhar com mulher [...] Eu acho que a mulher se identifica mais com a responsabilidade, tanto do lar, como dos filhos, como levar dinheiro pra casa. Ela tem aquela coisa assim...eu tenho que fazer! Tem que dar certo! Eu tenho que conseguir levar o leite o pão.
E as mulheres de Gramacho tem muito isso.
Por isso que eu digo que a liderança se vê em toda mulher..
Ser liderança pra mim, é ser mulher. Mesmo porque a maioria das leis estão voltadas pra mulher, a mulher subiu tão grande na sociedade, que tem que ter orgulho de ser mulher.”

Aqui, mais uma vez, é apontado pela entrevistada a posição da mulher em relação ao lar, cuidado com os filhos, a característica dada às mulheres como “mais responsáveis” que os homens, e a trajetória de lutas e conquistas de todas as mulheres de Gramacho. Vale a pena salientar que Alexandra tem 10 filhos, assim como D. Edna de Resende.

Quando pergunto a ela se lugar de mulher é na triagem, recebo uma explosão de opiniões que me preenchem de satisfação com aquela conversa.

“Lugar de mulher é todos os lugares que ela achar que é capaz de fazer. Todos os lugares! Porque ? O Brasil nunca teve uma presidenta. Eu sou uma presidenta de cooperativa. De repente, ela não vai ser aquilo que a gente esperava que ela fosse, mas ela vai errar e acertar. [...] eu posso errar, eu posso acertar, mas vou tentar! Eu não nasci presidente; eu nasci Alexandra, e fui andando. Eu não sabia o que catar, e, eu aprendi. As pessoas vão aprender, só que todas as mulheres são capazes de fazer tudo aquilo que elas querem.”

2.1.7 Rosângela :“tudo na vida é oportunidade e força de vontade”

Durante a entrevista da Alexandra a outra líder que estava participando da filmagem manteve-se em silêncio quase todo o tempo. Quando Rosangela, vice-presidente da

Cooperativa Nova Era, antiga COOPERGRAMACHO, começou a falar ficamos, por vezes, sensibilizados com a fala doce e suave da dirigente.

Eu conheço o lixo desde os 7 ou 8 anos de idade. “O meu pai trabalhava e quando chegava, os finais de semanas, meu pai ia pro Xangô. E eu ia muito com ele”. Perguntei o que era o Xangô e me disseram que era um aterro. Acompanhava-o sempre às visitas ao Xangô. Um pouco mais velha foi trabalhar com a mãe como feirante, e quando o pai adoeceu mudaram-se para Jd. Gramacho. Aos 14 anos de idade e com um filho para criar, começou a trabalhar no então lixão de Gramacho, como era chamado na época.

“A primeira vez que entrei pra trabalhar no lixão tava grávida do meu filho com quatro meses, e quando abaixei no lixo, veio um cheiro que entrou pelo meu nariz e eu caí. Daí a velha Margarida me carregou, e eu fui embora pra casa. Daí quando o menino nasceu entrei direto dentro do lixão.”

Confessa que quando as pessoas começaram a se movimentar para montar a cooperativa não apoiou muito, mas através da Assistente Social do Aterro de Gramacho Valéria Bastos, “começou a tomar gosto pela coisa”, como ela diz “eu fui, experimentei e gostei”. Valoriza o conhecimento adquirido, as amizades, e refez a vida.

Continuando com ela e a Alexandra o “bate-papo”, pergunto o que falta para os homens chegarem na liderança, Alexandra aponta que é acreditar na capacidade deles mesmos.

Rosângela completa dizendo com tom baixo e voz firme.

“O pai mesmo dos meus filhos, às vezes, quando eu falava ele não acreditava em mim, e hoje nós somos separados, [...] A última vez que a gente se encontrou ele falou: puxa! Nunca pensei que você tinha capacidade de fazer tudo isso! Eu falei pra ele: tudo na vida é oportunidade e força de vontade. Nós temos oportunidade pra fazer tudo, é somente a gente querer. E, muitas vezes, as pessoas tentam te derrubar, tentam te pisar, mas a gente tem que aprender a passar por cima daqueles que tentam te derrubar e te pisar... só isso.”

Quando Rosângela terminou a fala, fechei a câmara e nos soltamos todas, eu, Alexandra e Gláucia (amiga do mestrado que me ajudou a fazer as entrevistas) num enorme abraço a ela! Naquele momento as entrevistas estavam realizadas. Ficaria faltando somente uma pessoa, que foi a primeira com que conversamos e a última a ser entrevistada.

2.1.8 – Claudete Costa: considerações para que o catador não vire lenda.

A última entrevista realizada foi a mais difícil, devido à agenda sempre lotada da líder Claudete Costa. Nosso primeiro contato foi em 2012 em uma reunião no Instituto Estadual do Ambiente. Hoje ela é além de líder da Cooperativa Reciclando Para Viver, que é um grupo organizado em situação de rua, estão trabalhando da mesma forma que a Cooperativa Anastácia sem Galpão no Centro do Rio de Janeiro, além de assumir a representação Estadual do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis – MNCR.

A trajetória de Claudete é típica do catador histórico que cresceu na rua catando com a mãe até mesmo de madrugada, pelas ruas do centro do Rio de Janeiro. Introduziu-se no MNCR desde quando era casada, cujo ex-marido foi um dos catadores que iniciaram esse movimento no Rio de Janeiro. Representou o MNCR na Conferência Nacional de Meio Ambiente em 2013, recebeu homenagens como mulheres empreendedoras em diversos países.

Claudete é sem dúvida, a mulher que mais se evidencia nas reuniões de tomada de decisões relativas aos catadores no Estado, além de trabalhar em projetos como Catadores e Catadores em Redes Solidárias, e também presidir a cooperativa.

A entrevista com ela seguiu pontuando os mesmos temas que as demais, mas resolvi aqui focar outros pontos ainda não discutidos como a responsabilidade de representação de altos postos e uma nova tendência de mercado para as cooperativas.

Em relação ao excesso de atribuições e de certa forma, a visibilidade pública que tem ganhado nos últimos anos, Claudete desabafa:

“Tem que ter jogo de cintura. Sempre fui muito explosiva. Daí você tem que passar a se controlar... ter uma cautela maleável para poder lidar com o lado bom e com o lado ruim das coisas.

Estou presidente de uma cooperativa; aí as pessoas começaram a me atacar: você fala ser representante dos catadores de rua, e tem catador não sei aonde.. Daí eu tenho que estimar né?

Eu represento uma quantidade x de catadores que estão em situação de rua,mas que já é um grupo organizado. Eu não represento toda a rua. Quando eu falo que represento os catadores de rua, eu me coloco como uma catadora de rua e o grupo que represento que também tá trabalhando na rua.”

Apesar dos empreendimentos de reciclagem estarem na projeção de serem um bom investimento, muitos problemas ainda existem nas cooperativas e pesquisas apontam para as dificuldades de manutenção das cooperativas. Waldman (2008) aponta para os altos custos de instalação e manutenção das cooperativas que estão sujeitas, quase sempre ao apoio das prefeituras dos municípios que somados a programa de coleta seletiva e outros programas

tornam-se onerosos demais para as contas municipais, se transformando como aponta ele, “um mau negócio” para as administrações.

Todas as entrevistadas tem ciência de que se o setor não for fortalecido através das políticas públicas e outros investimentos como tecnologia e aprimoramento do trabalhador, outros tipos de organizações, geralmente escondidas em “cooperativas de economia mista”, podem tirar o mercado dos catadores associados e a sua participação como autogestores.

A dirigente coloca sua opinião quando questionada a esse respeito:

“Hoje, como te falei no começo, catador não é burro, nem é leigo! A gente tem plena consciência e entendimento que temos que nos qualificar para debater com esse mercado que tá se avançando. Debater como? Qualificar sim, os nossos catadores, para estarmos nos se apresentando para as empresas, para prestar um serviço com decência. Ter compromisso na hora de fazer o termo de contrato pra poder prestar esse serviço. Não dá mais para receber só o saquinho de PET, os saquinhos de latinha do gerador, do condomínio: e aí beleza, é parceiro do catador! Hoje tenho ciência que temos que tratar de igual para igual no mercado e ser prestador de serviço. Senão o catador vai virar lenda!”

2.2 Síntese das entrevistas

No ano do centenário de nascimento de Carolina Maria de Jesus, (1914-1977), a catadora de papel que se projetou internacionalmente como escritora, publicando o Livro Quarto de Despejo, que era um diário da vida cotidiana de uma mulher negra, solteira, mãe de três filhos, que vivia num quatinho na favela do Canindé em São Paulo e que sobrevivia de cata de papel e outros materiais recicláveis. Transcrito abaixo:

“Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Por mais que o desenho tenha sido feito a lápis, e seja de boa qualidade, e que seja de boa qualidade a borracha; o papel, vai sempre guardar o relego das letras escritas. Não senhor, ninguém vai apagar as palavras que eu escrevi! Só passei dois anos dentro de uma escola, isso foi lá em Minas, onde nasci. Foi pouco tempo, mas o suficiente para descobrir que as palavras, se não conseguem mudar o mundo, servem pelo menos pra contá-lo ou até inventar um mundo novo. A gente sempre corre da miséria, e corri de uma cidade para outra até chegar a São Paulo. Houve um tempo em que lugar de negro era na senzala, hoje trancam a gente na favela, alimentei, eduquei e amei meus três filhos. Catei papel, revirei lixo. Nem todo papel eu vendia, guardava um tanto para ter onde escrever. Eis que nasceu, Quarto de Despejo, foi assim que uma favelada como eu, se tornou uma escritora brasileira traduzida em treze línguas. Assim como as palavras, as pessoas que as escrevem também não podem ser apagadas. Sou Carolina Maria de Jesus, sou uma cidadã negra, brasileira.” (HERÓIS DE TODO MUNDO, 2012).

Ela transformou-se em pessoa influente tanto nas artes, quanto na política na década de 1960. Sendo considerada como uma das grandes mulheres daquela década.

Cinquenta anos após Carolina, outras “Carolinas” surgem na sociedade atual. Milhares de “Carolinas” vivem, trabalham e criam seus filhos da mesma forma que ela fazia.

Na trajetória de nossas entrevistadas muitas iniciaram suas atividades na catação ainda na infância, acompanhando suas mães que eram também “Carolinas”. Dessas, surgiram outras dezenas de “Carolinas” que como a escritora tiveram seu trabalho, não só com o lixo, mas com a transformação da realidade social desse grupo de trabalhadores, reconhecidos por várias entidades internacionais. São também consideradas mulheres empreendedoras. Inovadoras como Carolina.

Nos depoimentos nota-se a ausência da presença masculina na vida cotidiana das líderes de cooperativas, algumas começaram a “catar” após a separação do marido, ou são mães solteiras, que como Carolina, catavam para sustentar os filhos e a casa. Entre as catadoras declaradas casadas, a presença masculina é considerada por elas, como positiva, pois contam com o estímulo dos parceiros e colaboração para a realização das atividades de trabalho delas, e na cooperação com os serviços domésticos.

Ainda em relação às atividades domésticas, os dados obtidos corroboram com as pesquisas nacionais. Há a cooperação de todos os membros da família nos afazeres do lar. Contam principalmente com a ajuda dos filhos. Mas ainda, fica por conta da mulher os encargos de chefia e administração do lar.

Há uma reprodução do cuidado com o ambiente doméstico no ambiente de trabalho, como situações relativas à organização do espaço, atribuição das atividades de cada uma, cuidados com a higiene e segurança e principalmente relativos a administração de conflitos entre os catadores durante o trabalho.

Em relação a divisão sexual do trabalho, todas as entrevistadas apontam para sua existência, principalmente quando o grupo de trabalho é misto, reproduzindo a ambiguidade do trabalho.

Nos casos de cooperativas unicamente femininas o trabalho é realizado de forma generalizada, aportando para a capacidade “multitarefa” desenvolvidas por essas mulheres, fator que pode contribuir potencializando a capacidade de sobrevivência dessas catadoras.

Dentro das atividades de trabalho cooperativo, cujo, os moldes estão voltados para a divisão igualitária dos lucros, os homens apresentam maior consciência da relação

atividade x lucros, pois, se os ganhos são igualitários as atividades desenvolvidas também devem ser.

Em relação a liderança e empoderamento, muitas trilharam caminhos parecidos sendo guiadas por homens, geralmente catadores do mesmo meio, ou por outras pessoas que reconheciam-nas com potencial de liderança.

O desejo de se aperfeiçoaram através de cursos e das próprias vivências é comum a todas. Para elas, o aprimoramento pessoal melhora as condições de trabalho e condições sociais de todos os envolvidos na atividade de catação e triagem.

Reconhecem que possuem “momentânea” posição de liderança e se empenham para promover o melhor aos seus colaboradores cientes de são “iguais a todos”.

Conforme referência bibliográfica, o chamado “potencial de barganha” está presente em todas elas, seja para conquistar novos ambientes de trabalho, ou para ter mais inclusão nos ambientes públicos para a contribuição à formação de políticas públicas voltadas para a classe.

Relatam suas impressões e perspectivas em relação aos cenários futuros da reciclagem no Brasil de forma muito similar, cientes que o setor não for fortalecido tenderá a se desprender de uma atividade baseada na economia solidária para o setor de terceirização de serviços.

Por fim, a história de todas essas mulheres se entrelaça à história de Carolina meio século depois. As dificuldades apontadas são as mesmas. Mas, contudo, ainda mantêm-se invisíveis aos olhos de toda a sociedade. O objetivo maior dessas líderes é se fazerem visíveis no sentido de mostrar seu valor e a importância do seu trabalho, assim como Carolina.

3.0- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Acompanhadas das mudanças no mundo do trabalho, principalmente na segunda metade do Século XX, notamos mudanças na forma de pensar na população geral, que começa a voltar seus olhos para os danos ambientais causadas pelo processo industrial descontrolado com o uso dos recursos naturais não renováveis.

A preocupação com novas formas de consumo e um olhar mais voltado para as causas sociais levaram a novos tipos de empreendimentos como as organizações baseadas na economia solidária.

Muito antes do surgimento dessas novas tendências, colhemos os frutos negativos da evolução industrial, que é uma vasta população sem qualificação profissional, rumando para a exclusão social, mercado informal e precário. É nesse cenário que encontro meu objeto de estudo: aqueles que por falta de opção de trabalho, desenvolveram uma nova forma de geração de renda e mercado: os catadores de materiais recicláveis.

A presença da mulher mercado de trabalho formal cresceu nas últimas décadas, partindo de serviçais, professoras e líderes de empresas multinacionais e até presidentes de federações, como no nosso país. Paralelo a esse trabalho formal, cresceu também o informal, abastecido pelas empregadas domésticas, trabalhadoras livres do comércio informal e outras áreas.

Dentro desse nicho de trabalho surge a mulher catadora. As catadoras históricas justificam a catação a céu aberto, nas ruas ou nos lixões, a princípio, para alimentar os filhos das sobras do lixo, e depois desenvolvendo uma forma de ganhar dinheiro trocando o material que podia ser reciclado.

Hoje, com o fechamento dos lixões ocorre uma tendência cada dia maior de formação de associação de catadores, seja em cooperativas com galpão fechado, ou catando em organizações de ruas. Esses trabalhadores conseguiram enxergar o poder da união, que o trabalho comunitário pode trazer muito mais benefícios do que trabalhando sozinho. Enfim, neste contexto organizacional, encontramos muitas mulheres trabalhando. Pode-se levar em consideração alguns motivos para isso: segurança, autonomia, preocupação com o meio ambiente. Independente do motivo, essas mulheres são a grande maioria do total de catadores organizados.

Há organizações mistas, predominantemente masculinas ou femininas, não importa. Muitas são gerenciadas por mulheres, e foi esse meu interesse. Conhecer um pouco melhor essa mulher, conhecer mais sobre como se configuram as relações de gênero e a divisão do trabalho desenvolvido nestes espaços. Entrelaçado a este objeto surgem outros temas de discussão como a trajetória dessas mulheres, preconceito, autonomia e liderança, que de acordo com a metodologia utilizada me proporcionou adentrar.

Entre as líderes entrevistadas algumas são catadoras históricas e outras vieram de outras profissões. Apesar dessas diversidades, não foi apontada nenhuma diferenciação no desenvolvimento das atribuições, muito pelo contrário, elas possuem um senso comunitário onde há espaço para todos.

Há líderes de cooperativas femininas e outras de cooperativas mistas, para as suas dirigentes, apesar de existir o reconhecimento da diferenciação do trabalho segundo o gênero, essa prática não acontece. Tanto homens quanto mulheres desenvolvem as mesmas atividades, ficando apenas a responsabilidade de dirigir o caminhão para os homens. Pontuo aqui, que, em algumas cooperativas o motorista é um funcionário da prefeitura municipal. Em outras, as mulheres se propõem a dirigir o caminhão, assim como o fazem ao manipular a prensa e a empilhadeira, por exemplo.

Os dados acima expostos explicitam a tendência dessas mulheres à multifuncionalidade como tendência de adaptação às condições de trabalho; e a naturalização de características consideradas masculinas (hostilidade), colocam em aberto a proposta de desconstrução dessa naturalidade e reconhecimento dela como rotina de trabalho feminino.

A convicção de que a mulher é capaz de desenvolver qualquer atividade de trabalho, por mais penosa ou dura que seja está presente em todas as entrevistas. Para elas, o que realmente importa é que haja trabalho, que através dele, elas tenham condições de cuidar de suas famílias, de se desenvolverem como profissionais, de ganhar autonomia, não só no trabalho como na vida cotidiana, e serem reconhecidas pela importância social e econômica da atividade que realizam.

Para todas, o processo de liderança se deu à custas de árduo trabalho, superando preconceito, sendo desacreditadas até pelos familiares. Mas o desejo de aprender, de melhorar a cada dia para servir de guia e de porto seguro de outros catadores é que as faz continuar a vencer as batalhas diariamente.

Questionadas se voltariam a catar, quando deixarem os cargos de gerência, responderam por unanimidade que nunca deixaram de ser catadoras. Para elas ser liderança é um estado de “estar” momentâneo, com a consciência de “ser” que é inato em cada uma delas.

Em relações a perspectivas futuras da atividade de catação e do trabalho associativo de reciclagem, reconhecem a necessidade de fortalecimento do setor e de uma nova tendência de formação econômica que é a terceirização de serviços.

Essas novas tendências de economia para esse tipo de atividade de trabalho podem configurar novos objetos de estudo após este trabalho, assim como estudos à respeito de formação de novas políticas públicas direcionadas para mulheres catadoras.

Cabe ressaltar a importância da inserção da educação no trabalho como uma política pública para as trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social; sugerimos para os próximos estudos a pesquisa e formulação de meios educacionais e de empoderamento relacionados a capacitação em trabalho e meio ambiente bem como a formação no aprendizado do ensino fundamental, pois as catadoras são agentes ambientais e intervêm na cadeia produtiva gerando intervenções que contribuem para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABELPRE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil 2011.**São Paulo, 2011.

ANDRÉ, M.E.A. de. **Etnografia na prática escolar.** Campinas: Papirus, 2010.

BARRETO. A.C.T. **Carta de 1988 é um marco contra a discriminação.** Revista Igualdade entre os Sexos, nov. 2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>

BARROS, A. M. **Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho.** 3ª Reg., Belo Horizonte, v.47, n.77, jan./jun.2008; p.67-83.

Disponível em: www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_77/Alice_Barros.pdf

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação** – Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1999.

BOSI, A.P. **A organização capitalista do trabalho dos catadores:** a indústria da reciclagem no Brasil. Revista Estudos do Trabalho. Anais vii, 2010.

Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Antonio de Padua Bosi A organizacao capitalista trabalho catadores.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Antonio%20de%20Padua%20Bosi%20A%20organizacao%20capitalista%20trabalho%20catadores.pdf)

_____. **Catadores de recicláveis no Brasil:**a organização capitalista do trabalho“informal”. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1º de junho de 2007.

Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...ý

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, 140p.

_____, Constituição (1969) Emenda Constitucional nº1 de 17 de outubro de 1969.

- _____, Lei 12.305- Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS. Distrito Federal, 2010
- _____, Lei 11.445- Lei Federal de Saneamento Básico. Distrito Federal, 2007
- _____, Lei 8.666- Normas para Licitação e Contratos da Administração Pública – Art. 24, Distrito Federal, 1993.
- _____, Lei 11.107- Lei de Concursos Públicos. Distrito Federal, 2005
- _____, Lei 12.014- Política Nacional de Mudança Climática. Distrito Federal, 2009.
- _____, Estatuto das Cidades- artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Distrito Federal, 1988.
- _____, Decreto 7.404. Distrito Federal, 2010.
- _____, Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. 2013- 2015, Brasília, 2013. 144p.
- _____, Secretaria Nacional de Articulação Social. Gestão de Resíduos Sólidos com Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis. 2013.

BRUSCHINI, M.C.A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Cad.

Pesqui. vol.37 no.132 São Paulo Sept./Dec. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003

CALIL, L.E.S. **Direito do trabalho da mulher:** ontem e hoje. Revista Âmbito Jurídico, abril de 2007. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1765

COSTA, M.C. **Reciclagem e cidadania:** a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade reciclo. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1889>

CUNHA, M.R.R.L da. **Invisibilidade e gênero:** a identidade das catadoras de materiais recicláveis associadas. IV Seminário de Trabalho e Gênero. Universidade Federal de Goiás, Setembro de 2012. Disponível em:

http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/uploads/245/original_INVISIBILIDADE_E_GÊNERO.pdf

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras.** São Paulo, 2011. 300p.

DO RIO, J.; ANTELO, R. (org). **A alma encantadora das ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **LIXO. A limpeza urbana através dos tempos.** Ed. ELs 2.

Riode Janeiro, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HENRIQUES, C.C.; SIMÕES, D. (orgs). **A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HERÓIS DE TODO MUNDO- **Maria Carolina de Jesus (1914-1977)**. PETROBRÁS, Programa Petrobrás Fome Zero, 2012. Acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=mLkJy86VU84>

HIRATA, H. **Divisão- Relações sociais de sexo e do trabalho**: contribuição à discussão sobre conceito de trabalho. Tradução de Maria Helena C.V. Trylinski. Em aberto, Brasília, ano 15, n 65, jan/mar. 1995. pp. 39-49.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. In. Estudos Feministas, ano 2, 1º semestre N 1/94, 1994, pp 93-100.

HOBSBAWN, E. J. **A era do capital. 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico- 2008**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- Brasil, 2013.

_____. SIS. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida população brasileira. Rio de Janeiro, 2013

IPEA- **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Materiais Reciclável e Reutilizável**. Brasília, 2013.

IPESA. **Do lixo à cidadania**. Guia para Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Julio Ruffin Pinhel. (Org). São Paulo: Petrópolis, 2013.

LEWKOWICZ, I.; GUTIERREZ, H.; FLORENTINO, M. **Trabalho compulsório e livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008

LISBOA, K. T. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, abril de 2007. Florianópolis, pp. 640-652.

LOPES, C.M.S. **Direito do trabalho da mulher:** da proteção à promoção. Cadernos Pagu, janeiro-junho de 2006. Pp. 405-430. Disponível em: WWW.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf

MARTINS, C.H.B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo:** dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. 2003. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, Porto Alegre. 2003.

_____. **Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre:** organização do trabalho e identidade ocupacional. Fundação Economia e Estatística. Revista Mulher e Trabalho, v. 5, 2005. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/issue/view/177>

_____. **Mulheres na Reciclagem:** questões de gênero e percepções sócio-ambientais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. agosto de 2006. Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_31.html

MATTOS, C.L. de; FONTOURA, H. A. (orgs). **Etnografia e educação.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009

MEDEIROS, L.F.R. **Uma análise psicossocial das relações de trabalho dos catadores de material reciclável organizados em cooperativas de reciclagem.** 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, 2006.

MEDEIROS, L.F.R.; MACÊDO, K.B. **Catador de material reciclável:** uma profissão para além da sobrevivência? Psicologia & Sociedade; 18 (2); 2006. p.62-71.

Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>

MELO, J.A.de. **Condições e relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis interfaceadas pelo estado e o capital.** Anais XVI Encontro de Geógrafos, 2010.

Disponível em:file:///C:/Users/Maria%20Luiza/Favorites/Downloads/download(1195).PDF

MILHOMEM. A. V. **Trabalho informal:** precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. Revista Anhangüera v.4 n.1 jan./dez. 2003; p.139-155.

Disponível em:file:///C:/Users/Maria%20Luiza/Favorites/Downloads/cap_07_2003.pdf.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MINISTÉRIOS DO MEIO AMBIENTE, **ICLEI-Brasil.Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação**. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão preliminar para consulta pública**.Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **CRS- Projeto catadores e catadoras em redes solidárias. Sistematização da experiência e diagnóstico socioeconômico e demográfico**. Vol1, setembro de 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS- Ralação Anual de informações Anuais Sociais**. 2013.

MIURA, P.O.C. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial . 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC/SP, 2004.

MONTEIRO, J. H. P. et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos/coordenação técnica** Victor Zveibil. Rio de Janeiro/: IBAM, 2001

OLIVEIRA, A.R. **Reflexões sobre o trabalho e empoderamento das catadoras**. Slides de apresentação do DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil. IICA. Belo Horizonte, 2012. Disponível em:
<cajui.uft.edu.br/gpsociedade/wp.../ngela_Rosane_Oliveira_ARTIGO.pdf

OLIVEIRA, M.L.S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: O caso do saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 134 páginas. Tese (Doutor em Ciências). UFRRJ, 2006.

PINSKY, C. B.; PEDRO, M, J. (orgs). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012

RAMOS, A.T.A. **Análise do trabalho das mulheres na reciclagem:** trabalho precário/desumano ou emancipação frente ao desemprego e à exclusão social? III Seminário do Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFScar. Março de 2012.

Disponível em: http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/ramos_alyson-thiago-almeida.pdf

RIBEIRO, C.G. **Vestidas de rampa:** um estudo sobre um grupo de catadoras de materiais recicláveis. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010.

Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs.../abep2010_2260.pdf>

RIBEIRO, M.I. **“Aguentando o tranco”:** etnografia com catadoras/es de materiais recicláveis. 2011. 104f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – UFRS, Porto Alegre, 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento.** Garamond, 2009.

SANTOS OLIVEIRA, J. F.; MENDES, B.; LAPA, N. **Resíduos – Gestão Tratamento E Sua Problemática Em Portugal,** Lisboa, Portugal, 2009

SEA/INEA. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro.** Relatório Síntese. 2013

SEVERINO, J.S. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007

SERÁ FÁCIL. La Coopcarmo: une initiative d'économie sociale au Brésil. DAYES, P.; LAPIERE, J. (dir.). ONG Autre Terre asbl. (prod), 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mbOlq4mrefI>

SILVA, P.H.I. **Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília.** 2007. 131 páginas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNB, 2007.

SILVEIRA, M. L. **Relações de Gênero e divisão sexual do trabalho entre catadoras de materiais recicláveis em cooperativas paulistanas.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

Disponível:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307334881_ARQUIV_O_relacoesdegeneroedivisa

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados. . vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável**: abrindo espaço na mídia para uma planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005

UERJ. **Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. DIB, S.F.; SILVA. N. C. (orgs). 2ª edição. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2012.

Valoreconômico.com.br. São Paulo: **Homem amplia vantagem salarial entre os qualificados**, por Ligia Guimarães, 06/01/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3385446/homem-amplia-vantagem-salarial-entre-os-qualificados>

WIRTH, I.G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: uma caminho para a construção da autogestão? 2010. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, 2010.

WALDMAN, M. **Lixo: Cenários e desafios**. Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. São Paulo: Cortez, 2010

_____. **Reciclagem, preservação Ambiental e o papel dos catadores no Brasil. Reciclagem, preservação Ambiental e o papel dos catadores no Brasil**. VI Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, Porto Alegre, maio de 2008. Disponível em: http://mw.pro.br/mw_mw/index.php/papers-e-ensaios-ecologia/37-reciclagem-preservacao-ambiental-e-o-papel-dos-catadores-no-brasil

WIEGO. **Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando**. Fev, 2012.

APÊNDICE A - Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, de acordo com o tipo de publicação.

Tipo de pesquisa	Quantidade de publicações
Artigo	14
Dissertação	09
Tese	-
TCC	01
Total	24

Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE B- Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, de acordo com o gênero.

Gênero masculino	204 catadores	37,92%
Gênero feminino	334 catadoras	62,08 %
Total	538	100%

Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE C- Análise de publicações acadêmicas sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis anos entre 2001 e 2012, com descritores sustentabilidade socioambiental, e parcerias com outras instituições de apoio*.

Possuem parceria com outras instituições	16
Não consta possuírem parcerias	08
Total	24

Fonte: A autora, 2014.

(*) Prefeituras, através de suas secretárias, empresas municipais de saneamento, universidades e organizações não governamentais nacionais e internacionais, e instituições públicas e privadas.

APÊNDICE D - Roteiro de levantamento de indicadores sociais a partir de descritores: gênero, idade, raça, escolaridade, estado civil, remuneração, catadores, trabalhadores, trabalho doméstico, trabalho informal, remuneração, divisão sexual do trabalho.

Instituição pública pesquisada	Sigla	Endereço eletrônico	Descritores
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	http://www.ibge.gov.br/home/	Trabalho, gênero, raça, escolaridade, trabalho doméstico.
Instituto Estadual do Ambiente	INEA	http://www.inea.rj.gov.br/Portal/index.htm	Catadores, cooperativas, resíduos
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA	http://www.ipea.gov.br/portal/	Ocupação, remuneração.
Ministério do Trabalho em Emprego	MTE	http://portal.mte.gov.br/portal-mte/	Remuneração, salários, escolaridade
Plano Nacional de Políticas para Mulheres	PNPM	www.spm.gov.br	Raça, estado civil, escolaridade, trabalho.
Relação anual de informações sociais	Rais	http://www.rais.gov.br	Raça, estado civil, escolaridade
Secretaria Nacional de Economia Solidária	Senaes	http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/	Trabalho informal, cooperativa, sólidos.
Sistema de Indicadores Sociais	SIS	http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/	Raça, estado civil, escolaridade

Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE E - Roteiro conceitual seminal. Lista de autores e de livros básicos consultados por ordem textual.

Autores consultados	Pensamento/conceito
MINAYO, M.C.S.	Pensamento: “Metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.
<i>BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K.</i>	Conceito de “significado atribuído”
TRIGUEIRO, André.	Pensamento: “Somos todos contemporâneos de um impasse civilizatório, cultivado nas entranhas de um modelo de desenvolvimento que vem exaurindo, em velocidade assustadora e numa escala sem precedentes, os recursos naturais não renováveis do planeta, com impactos negativos sobre a qualidade de vida da população.”
PINSKY, C. B.; PEDRO, M, J.	Pensamento: “ 1980-2010: horizontes mais igualitários”
LEWKOWICZ, I.; GUTIERREZ, H.; FLORENTINO, M.	Pensamento: “Ser vendedora ambulante era ocupação feminina: tornaram-se conhecidas como as negras de tabuleiro”
BEAUVOIR, S.	Pensamento: “A estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, ainda conserva a forma que eles lhe imprimiram [...] A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social ou psicológica idêntica a do homem. A maneira porque se empenha em sua profissão e a ela se dedica depende do contexto constituído pela forma global de sua vida.”
SINGER, P.	Pensamento: “O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados”.
DO RIO, J,; ANTELO, R.	“Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na, boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas.”

MARTINS, C.H.B.	Pensamento: “Pensando na qualidade de vida como um conceito multidimensional, que abrange tanto aspectos materiais, pode-se incluir a autonomia e a auto determinação sobre a própria vida como fatores-chave para transformar a qualidade de vida de populações em risco social (crianças, jovens, população idosa). Nesse sentido o <i>empowerment</i> (empoderamento) é encarado como elemento primordial para mudanças em direção ao desenvolvimento humano, sendo um forte alavancador das condições concretas de vida.”
SANTOS OLIVEIRA, J. F.; MENDES, B.; LAPA, N.	Pensamento: “O melhor resíduo é o que nunca chegou a ser formado”.
SACHS, I.	Conceito de Ecologonomia.

Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE F- Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista semiestruturada

1- Dados gerais:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Cargo:

Estado civil:

Número de filhos:

2- Como iniciou sua atividade de catação e há quantos anos?

3- Homens e mulheres trabalham juntos na cooperativa. Se sim, há diferenças no tipo de atividade que cada um executa?

4- Durante a atividade de trabalho com os homens, quais as dificuldades foram encontradas? Houve situações de violência, agressão, etc.?

5- Acham que os homens são mais capacitados para trabalhar na atividade de catação do que as mulheres, por quê?

6- Como fazem no dia-a-dia de trabalho para lidar com as diferenças entre homem e mulher?

7- Já sofreram algum tipo de preconceito por estarem na atividade de catação? Quais? Como aconteceram essas situações?

8- Por serem mulheres líderes, passaram muitas situações de preconceito para chegar onde chegaram?

9- Depois que se tornaram líderes observaram se o comportamento masculino tornou-se mais respeitoso em relação a vocês?

10- Em relação à saúde, à segurança, é acham que a catação é lugar pra mulher?

11- Dentro do Mncr, como se posicionam? Como são feitas as escolhas e a tomada de decisões?

12- Quais suas percepções e perspectivas em relação a cenários futuros da atividade?

Fonte: A autora, 2014.

Apêndice G- Roteiro de observação participante do diário de campo

Roteiro de Observação do Diário de Campo

- Localização do galpão
- Tipo de galpão: fechado ou a céu aberto.
- Organização do galpão por destino de material
- Presença de homens trabalhando, ou somente cooperadas mulheres.
- Espaços como cozinha, banheiros e vestiários, salas de descanso, secretaria.
- Receptividade dos cooperados e diretoria.
- Interesse nas entrevistas e conversas
- Dinâmica do grupo durante o trabalho. Atividades divididas de que forma?
- Observar em galpões mistos as atividades de homens e mulheres. Há divisão do trabalho?
- Há coordenadores de atividades dentro do galpão?
- A dirigente também atua na atividade de triagem?
- Há pessoas que trabalham só administrativamente?

Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE H – Modelo do termo de consentimento livre e esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
concordo participar da voluntariamente da pesquisa: “Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no Estado do Rio de Janeiro”, na qualidade de entrevistado.

A referida pesquisa tem por objetivos: Descrever como se apresentam as relações de gênero, saúde, trabalho e meio ambiente no cotidiano de mulheres catadoras/recicladoras de resíduos sólidos; produzir documentário videográfico das entrevistas e do diário de campo utilizados na realização da pesquisa; descrever suas perspectivas em relação aos cenários futuros da participação da mulher na atividade de catação, e em posições de liderança em cooperativas e outros movimentos sociais; caracterizar através das entrevistas, quais são as principais dificuldades por ela encontradas na vida cotidiana em relação ao desenvolvimento do trabalho; identificar como se posicionam em relação à importância de sua atividade para o meio ambiente; identificar como se processam as relações de gênero e de que forma elas lidam com essas circunstâncias; identificar quais são suas percepções e ações à respeito dos riscos à saúde causados pela atividade de catação.

Afirmo que fui devidamente informada sobre os procedimentos da referida pesquisa, tais como: os objetivos e a metodologia.

Em caso de dúvida, ligar/procurar Jurema Cabral Amaro e-mail:juremacabral@gmail.com, telefones: (21) 3591-9934, (21) 9355-2011.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE I- Modelo de Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz, Nome e Dados Biográficos

**Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz, Nome e Dados Biográficos
Documentário acadêmico.**

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor o documentário da dissertação de mestrado do PEAMB- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rua São Francisco Xavier, 524, 5º andar, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo da biblioteca da universidade.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home video”, DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo bibliográfico, sem qualquer ônus ao PEAMB- UERJ, ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural, educativa..

As obras que utilizarem as imagens, sons, nomes e dados biográficos objetos da presente Autorização, poderão ser disponibilizadas, a exclusivo critério da autora da pesquisa, e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro através da licença prévia, e requerimento formal.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Rio de janeiro, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

Nome:
Endereço:
Cidade:
RG Nº:
CPF Nº:
Telefone para contato:
Nome do Representante Legal (se menor):

Artigo 79.º CODIGO CIVIL

(Direito à imagem)

1- O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no n.º2 do artigo 71.º, segundo a ordem nele indicada.

2- Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justificarem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.

3- O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada

LEI N. 9.610/98

Capítulo VI

Da Utilização da Obra Audiovisual

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

I - o título da obra audiovisual;

II - os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais co-autores;

III - o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;

IV - os artistas intérpretes;

V - o ano de publicação;

VI - o seu nome ou marca que o identifique.

APÊNDICE J- Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho- Duque de Caxias-RJ

Foto 1- Separação do material reciclável logo após o despejo do caminhão de lixo extraordinário.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 2- Formação da “bags” com os materiais separados para enviar para a cooperativa ou venda direta.



Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE K- Mulheres trabalhando na reciclagem-COOPERGRAMACHO.

Foto 1- Triagem do papel.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 2- Compactação no material na prensa



Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE L- Cooperativa COOPCARMO- Mesquita- RJ.

Foto 1- Entrada da Galpão da Cooperativa.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 2- Material plástico enfardado.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 3- Latas de alumínio e PET separados em outro ponto da cooperativa.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 4- Caminhão descarregando os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva.



Fonte: A autora, 2014.

APÊNDICE M- Cooperativa RECOOPERAR- Itaboraí – RJ

Foto 1- Entrada do Caminhão da Coleta de resíduos



Fonte: A autora, 2014.

Foto2- Vista geral da Cooperativa.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 3- Material enfardado e separado.



Fonte: A autora, 2014.

Foto 4- Papel picotado para triagem.



Fonte: A autora, 2014.